

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 161

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 10 DE NOVEMBRO DE 1999

ANO XXV

Mesa Diretora

NELSON JUSTUS

Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

1º Vice-Presidente - PMDB

JOSÉ MARIA FERREIRA

2º Vice-Presidente - PSDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUIZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Péricles de Holleben Mello</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>José Maria Ferreira</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PSB</i>	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSC</i>	
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>

Representação Partidária

PTB - 11: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 08: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PSDB - 08: Albanor Gomes - Antonio Carlos Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gauchó - Serafina Carrilho; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo (licenciado) - Luciana Rafagnin - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; BLOCO PARLAMENTAR - PSL/PL/ PSC - 05: Edno Guimarães - Pastor Edson Praczyk - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Miltinho Puppio.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 106ª SESSÃO ORDINÁRIA
10 DE NOVEMBRO DE 1999**

(quarta-feira)

Presidência do Senhor Deputado Nelson Justus, secretariada pelos Senhores Deputados Hermas Brandão e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Albanor Gomes, Algaci Tulio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Lino Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Miltinho Pupprio, Moysés Leônidas de Oliveira, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Indicação:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

A finalidade do presente é cumprir a determinação de V. Exa., no que se refere à indicação dos represen-

tantes do Partido da Frente Liberal - PFL, para compor a Comissão de Defesa do Consumidor.

Desta forma, indicamos o Deputado Plauto Miró Guimarães Filho para o cargo de titular e da mesma forma, indicamos o Deputado Durval Amaral para o cargo de suplente.

Sala das Sessões, em 10.11.99.

(a) **PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES**

Líder do PFL

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2385

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência e inclusão na Ordem do Dia ao Projeto de Lei nº 503/99, de sua autoria, que dispõe sobre o calendário escolar para o ano 2.000 nas escolas do Sistema Estadual de Educação.

O referido projeto está com parecer favorável da CCJ e encontra-se a vários dias na Comissão de Educação, Cultura e Esportes desta Casa, aguardando parecer. Como a referida Comissão não tem se reunido e o projeto precisa ser votado ainda na primeira quinzena deste mês, para poder ser viabilizada a sua aplicação no próximo ano, solicitamos a aprovação do pedido de Regime de Urgência.

Sala das Sessões, em 10.11.99.

(a) **TONY GARCIA**

REQUERIMENTO Nº 2357

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e legais, respeitosamente REQUER:

1 - Ao Tribunal de Contas do Estado do PR, seja enviada a este Poder Legislativo, cópia do processo Protocolado sob nº 22.814-6/97, da Câmara Municipal de Lindoeste.

Sala das Sessões, em 10.11.99.

(a) **BERALDIN**

REQUERIMENTO Nº 2384

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, a convocação do Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE), Artagão de Mattos Leão, Relator da prestação de contas do Governo do Estado, exercício de 1998, para comparecer no Plenário deste Poder Legislativo a fim de expor a situação da dívida pública estadual.

Sendo o TCE um órgão auxiliar deste Poder Legislativo, e tendo em vista as freqüentes notícias veiculadas pela imprensa dando conta de aquele órgão não dispôr de todas as informações necessárias para o exame da

matéria, inclusive classificando alguns itens da referida prestação de contas como polêmicos, entre eles a privatização das empresas estatais e das rodovias, além dos benefícios concedidos às montadoras estrangeiras, a presença do conselheiro no Plenário desta Casa é oportuna para que seus membros possam dirimir todas as dúvidas relativas ao assunto.

Sala das Sessões, em 10.11.99.

(aa) PÉRICLES MELLO, ÂNGELO VANHONI,
HERMES FONSECA e LUCIANA RAFAGNIN.

REQUERIMENTO Nº 2391

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente COMUNICAM, Vossa Excelência e a este Poder como um todo, que no período compreendido entre os dias 16 a 20 de novembro de 1999, estaremos representando esta Assembléia, no Fórum da Agricultura TRI VENETO/SUL BRASIL, na Cidade de Verona, Itália.

Sala das Sessões, em 10.11.99.

(aa) ORLANDO PESSUTI e CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 2362

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar, para a família do Senhor Ilvo Bruns, falecido no último dia 06 de novembro no Município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 10.11.99.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 2363

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar, para a família do Senhor José Antonio Alarcon, falecido no último dia 07 de novembro no Município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 10.11.99.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 2364

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar para a família de Camila da Silva Martins, falecida no Município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 10.11.99.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 2354

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro nos Anais desta Casa, de voto de congratulações ao Município de Campina da Lagoa, pelo seu 38º aniversário de emancipação político-administrativa, ocorrido no dia 04 de novembro do corrente, e que o teor deste expediente seja levado ao conhecimento do prefeito Joaquim Antonio de Lima.

Sala das Sessões, em 10.11.99.

(a) TIAGO DE AMORIM NOVAES

JUSTIFICATIVA:

Queremos deixar registrado nos Anais desta Casa as nossas congratulações ao Município de Campina da Lagoa, que através do seu povo ordeiro e trabalhador tem contribuído significativamente para o desenvolvimento da região e o crescimento do Paraná, cuja cidade tem como Prefeito o Sr. Joaquim Antonio de Lima, o qual tem demonstrado dedicação e empenho no comando daquela municipalidade, exercendo a sua missão com austeridade e competência, buscando sempre proporcionar ao povo daquele pujante município uma melhor qualidade e vida.

REQUERIMENTO Nº 2355

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro nos Anais desta Casa, de voto de congratulações ao Município de Ubitatã, pelo seu 38º aniversário de emancipação política, ocorrido no dia 04 de novembro do corrente, e que o teor deste expediente seja levado ao conhecimento do prefeito Tomaz Izidro de Lima.

Sala das Sessões, em 10.11.99.

(a) TIAGO AMORIM NOVAES

JUSTIFICATIVA:

Queremos deixar registrado nos Anais desta Casa as nossas congratulações ao Município de Ubitatã, que através do seu povo ordeiro e trabalhador tem contribuído significativamente para o desenvolvimento da região e o crescimento do Paraná, cuja cidade tem como Prefeito o Sr. Tomaz Izidro de Lima, o qual tem demonstrado dedicação e empenho no comando daquela municipalidade, exercendo a sua missão com austeridade e competência, buscando sempre proporcionar ao povo daquele pujante município uma melhor qualidade de vida.

REQUERIMENTO Nº 2356

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação nos Anais desta Casa, de voto de congratulações à coordenação da 20ª EXPOVEL - Exposição Feira Agropecuária, Comercial e Industrial de Cascavel, a 3ª Internacional do MERCOSUL, nas pessoas dos Srs. Salazar Barreiros, Prefeito de Cascavel e Lindonez Rizzotto, Presidente da Sociedade Rural do Oeste do Paraná.

Sala das Sessões, em 10.11.99.

(a) TIAGO AMORIM NOVAES

JUSTIFICATIVA:

No último dia 06 de novembro foi realizada em Cascavel a abertura da 20ª EXPOVEL, no Parque de Exposições Celso Garcia Cid, com a presença da vice-Governadora Emilia Belinati; do Ministro da Agricultura, Pratini de Moraes; Secretário da Política Agrícola, Ibrahim Faiad; Secretário da Agricultura, Antonio Poloni; Secretário da Indústria e Comércio, Eduardo Sciarra; Prefeito Salazar Barreiros, Lindonez Rizzotto, deputados federais e estaduais, prefeitos, além de outras autoridades que prestigiaram esse importante acontecimento para Cascavel e região.

Trata-se de tradicional e importante evento que acontece anualmente, aguardado com grande ansiedade por todos os setores produtivos da região, com diversas atrações como os 530 estandes da indústria, comércio e agropecuária, parques de diversão, exposição de gado de elite, com uma programação extensa, movimentando a economia da cidade e região, recebendo milhares de visitantes, superando a cada ano as expectativas. Entendemos assim necessário deixar registrado o nosso reconhecimento pelo excepcional trabalho desenvolvido por todas as pessoas que contribuíram e estão auxiliando para que mais essa edição do evento seja coroado de êxito, e os nossos especiais cumprimentos ao Prefeito Salazar Barreiros e ao Sr. Lindomar Rizzotto, responsáveis pela sua realização e sucesso do evento.

REQUERIMENTO Nº 2359

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido na Ata dos trabalhos de hoje, voto de congratulações ao Cel. Darci Dalmas, pela sua posse como Comandante do Policiamento da Capital - CPC.

Requer ainda que, após aprovado por esta Casa, seja enviado cópia do respectivo expediente ao homenageado em apreço.

Sala das Sessões, em 10.11.99.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

REQUERIMENTO Nº 2360

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido na Ata dos trabalhos de hoje, voto de congratulação ao Cel. Guaraci Moraes de Barros, pela sua posse como Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 10.11.99.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

REQUERIMENTO Nº 2369

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações, pelo 47º aniversário do Município de São Sebastião da Amoreira, comemorado no dia 14 do corrente mês.

Requer ainda, seja dado ciência ao Senhor Adevilson Gouveia, Prefeito Municipal e ao Senhor José Augusto da Cunha, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores daquela localidade.

Sala das Sessões, em 10.11.99.

(a) ANTONIO BELINATI

JUSTIFICATIVA:

Os primórdios da história de São Sebastião da Amoreira, se confundem com os de Assaí, cidade irmã, que em 1938 já era distrito administrativo de São Jerônimo da Serra. À medida que o distrito experimentava progresso, adquirindo maioria política e administrativa, além de estabilidade econômica, em função do “rush” promovido pela expansão das lavouras de café e algodão, um novo e importante núcleo colonial conhecido por Fazenda Três Barras, ia se formando dentro de seu território.

O núcleo não demorou a prosperar, graças ao empenho de seus primeiros moradores, representados pelos Senhores: João Simão Figueiredo, Flávio Gonçalves, João Atanásio, José Sebastião Lopes, João Domingos Lopes, Sebastião Gonçalves Lopes, João José Sebastião Lopes e outros. No ano de 1942, o núcleo começava a tomar forma de povoado, passando a contar com alguns estabelecimentos comerciais.

Os proprietários da Fazenda Três Barras, vendo o destacado crescimento do lugar, não tiveram dúvidas em proceder ao seu loteamento, dividindo-se em secções, e deram a denominação de Amoreira à secção onde estava localizado o pequeno núcleo e atual Cidade de São Sebastião da Amoreira. Em 20 de janeiro de 1945, foi erigido o Cruzeiro, na área central do núcleo, que era o símbolo máximo da religiosidade.

Ao construírem a igreja, devotaram-na a São Sebastião, que tornou-se o padroeiro da cidade em formação, passando a ser conhecida como São Sebastião da Amoreira.

Pela Lei n 02, de 02 de outubro de 1947, foi criado o distrito judiciário, sendo nomeado como sub-prefeito o Senhor Benedito Ferreira dos Santos.

A Lei Estadual nº 790, de 14 de novembro de 1951, elevou o lugar à categoria de município, com território desmembrado do Município de Assaí, porém com denominação alterada para Amoreira.

A instalação oficial deu-se no dia 14 de dezembro de 1952, data em que foi empossado o primeiro prefeito do município, Senhor Clóvis Negreiros.

A Lei Municipal nº 08, de 09 de maio de 1961, determinou que a denominação Amoreira seria alterada para São Sebastião da Amoreira, que permanece até os dias de hoje.

São Sebastião da Amoreira atualmente pertence à Microrregião 06 (AMUNOP). A Câmara Municipal é composta pelos seguintes Vereadores: Ademar Martins Vieira, Agostinho Pereira dos Santos, Edson Gonçalves Marques, Eraldo Ribeiro, Galbas Braga, Issac Rosa de Almeida, Jorge Takasumi, José Anésio Faustino e José Augusto da Cunha.

Topônimo - De origem religiosa (em homenagem ao santo padroeiro) e geográfica. O termo “Sebastião” vem do grego “Sebastianós” e do latim “Sebastianu”. São Sebastião morreu crivado de flecha sob o reinado de Diocleciano e inspirou grandes pintores no passado, sendo padroeiro dos arqueiros. O termo “amoreira” é referência geográfica a fruta silvestre, abundante à época da colonização.

Dependência Genealógica - São Sebastião da Amoreira emancipou-se em 14.11.1951 de Assaí, que desmembrou-se em 30.12.1943 de São Jerônimo, que em 23.02.1920 originou-se de Tibagi, que emancipou-se em 18.03.1872 de Castro, que em 24.09.1788 desmembrou-se de Curitiba, que originou-se em 29.03.1693 de Paranaguá, criado por Carta Régia em 29.07.1648.

Denominação dos Habitantes - Amoreirenses.

População - 8.592 habitantes.

Distritos - Sede.

Limites - Assaí, Nova América da Colina, Nova Fátima, Nova Santa Bárbara, Santa Cecília do Pavão e Santo Antonio do Paraíso.

Comarca - Assaí.

Altitude - 620m.

Coordenadas - 23°30' latitude sul, 50°48' longitude W-GR.

Extensão Territorial - 229,742 km².

Distância da Capital - 375 km.

Clima - Sub-tropical úmido mesotérmico, com verões quentes e geadas pouco frequentes, com tendência de concentração das chuvas nos meses de verão, sem estação seca definida. A média das temperaturas dos meses mais quentes é superior a 22°C, e a dos meses mais frios é inferior a 18°C

Padroeiro - São Sebastião - 20 de janeiro.

Data de Comemoração Municipal - 14 de novembro.

Fonte: O Paraná e seus Municípios.

REQUERIMENTO Nº 2370

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Dr. Ismael Lago, alusivos ao lançamento do seu livro intitulado “Você, o Amor e Eu”, que ocorreu no último dia 8 de novembro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada à Estância do Lago - Clínica e Spa, Rua Pedro Teix-

eira Alves, 2548, CEP 83513-190, Município de Almirante Tamandaré - Paraná.

Sala das Sessões, em 10.11.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2372

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações FAEP - SENAR, alusivos ao desenvolvimento do Programa Agrinho, cuja entrega de prêmios a alunos e professores participantes ocorrerá no próximo dia 22 de novembro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Presidente Senhor Ágide Meneguette, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Marechal Deodoro, 450, 14º andar, CEP 80010-910, Curitiba-Paraná.

Sala das Sessões, em 10.11.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2373

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações à Escultora Adriane Müller, alusivos a sua exposição individual com tema “Tabuleiro de Xadrez para Jardim com figuras estilizadas a partir de motivos paranaenses entalhadas em pedra”, que ocorreu no último dia 4 de novembro.

Requer ainda que do presente se dê ciência a homenageada, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Gerdal Ribeiro, 238, CEP 83300-000, Município de Piraquara - Paraná.

Sala das Sessões, em 10.11.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2374

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Professor Arthur Barthelmess, alusivos ao lançamento de suas diversas obras literárias, baseadas em contos paranaenses, que ocorreu no último dia 4 de novembro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Almirante Tamandaré, 177, apto. 301, CEP 80040-110, Curitiba-Paraná.

Sala das Sessões, em 10.11.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2375

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações à Diretoria eleita para gestão 1999/2000 da Associação Paranaense dos Empresários de Obras Públicas - APEOP, cuja posse realizou-se no último dia 08 de novembro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Presidente Senhor Gilberto Piva, através de correspondência a ser encaminhada à Av. Getúlio Vargas, 4250, CEP 80240-041, Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 10.11.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2377

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Vicente Stelmak e Maria Machado Stelmak, que completou 53 anos de união conjugal, celebrando Bodas de Ouro. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 10.11.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2378

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Manoel José Santana e Severina Agostinho Santana, que completou 74 anos de união conjugal, celebrando Bodas de Diamante. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos

e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 10.11.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2380

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Fioravante Leonardi Colodel e Emília Túlio Colodel, que completa 68 anos de união conjugal em 3/10 do corrente, celebrando Bodas de Jacarandá. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 10.11.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2361

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido na Ata dos trabalhos de hoje, voto de louvor a Sra. Terezinha Witeck Fischer, DD. Professora do Colégio Estadual Quintino Bocaiúva, no Município de Ubatã, Estado do Paraná, pelo brilhante projeto desenvolvido naquele estabelecimento de ensino.

Sala das Sessões, em 10.11.99.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

A presente homenagem, tem por objetivo, enaltecer o trabalho desenvolvido pela Professora Terezinha Witeck Fischer, no Colégio Estadual Quintino Bocaiúva, no Município de Ubatã, Estado do Paraná.

A Professora Terezinha criou naquele estabelecimento de ensino o "Projeto Correspondência na Escola", que tem como objetivo principal estimular os alunos a se corresponderem com as indústrias, com os departamentos públicos e entidades congêneres, resgatando o espírito de cidadania, a auto-estima e a credibilidade nos poderes constituídos.

É por iniciativas como estas, que acreditamos cada vez mais no ensino público, e nos empenhamos para que mais recursos sejam destinados à área da educação, pois este é o único caminho para termos cidadãos honestos,

comprometidos com o futuro da nação em todas as esferas da sociedade.

Face ao exposto, e considerando a relevância dos trabalhos desenvolvidos pela Professora Terezinha em prol da comunidade, solicito aos demais Parlamentares apoio para aprovação da respectiva homenagem.

REQUERIMENTO Nº 2358

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente à Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, solicitando a perfuração de um poço artesiano para a Associação Comunitária, Esportiva e Social "Chorinho", da comunidade de Linha Boa Vista, no Município de Serranópolis do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 10.11.99.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento justifica-se devido ao fato de a referida comunidade não possuir sistema de água potável. Além de beneficiar os membros desta Associação, serão beneficiadas ainda cerca de 20 famílias de agricultores que residem próximo ao local.

REQUERIMENTO Nº 2379

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná, no sentido de atender o pedido da Sra. Marisa Godoi, residente à Rua Icaraíma, nº 07, Bairro Fazendinha, que pede a implantação de um aparelho telefônico público na rua em que reside ou proximidades. Nas imediações não existe outro aparelho e os moradores têm que se deslocar uma longa distância até o telefone mais próximo. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 248-0656.

Sala das Sessões, em 10.11.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2381

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à COHAPAR, solicitando a construção de casas - Vila Militar próximo à Penitenciária Central do Estado, no Município de Piraquara.

Sala das Sessões, em 10.11.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

No Município de Piraquara, está localizada a Penitenciária Central do Estado. Atualmente são removidos diariamente cerca de 150 homens de Curitiba para aquele município e de lá para esta Capital. Este procedimento

além de oneroso, apresenta riscos, pois a rodovia de acesso é bastante movimentada e perigosa.

Está para ser inaugurado o novo presídio no final deste ano, o que vai elevar o número de policiais para aproximadamente 240 homens, que deverão fazer este mesmo trajeto diariamente. Isso, conseqüentemente, aumentará os custos e o grau de risco dos policiais que estão indo e vindo para o trabalho.

Havendo uma Vila Militar, com cerca de 200 casas, os Policiais Militares estão residindo próximo de seu local de trabalho e quaisquer conflitos que possam vir a ocorrer terão a possibilidade de atendimento pelos policiais que estarão próximos da Penitenciária Central do Estado - um local propenso a conflitos.

Para que este projeto possa ser desenvolvido, estamos solicitando o envio deste expediente à COHAPAR e pedimos o apoio dos nobres Pares.

REQUERIMENTO Nº 2387

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Senhor Governador Jaime Lerner, solicitando esclarecimentos no que se refere a disparidade de valores repassados pelo Governo do Estado, aos municípios do Estado do Paraná e Ponta Grossa.

De acordo com a Secretaria Municipal de Planejamento de Ponta Grossa, por exemplo, o referido município recebeu o valor de R\$699 mil para aplicar em projetos de sinalização viária, enquanto Londrina recebeu R\$1,7 milhão, Maringá R\$1,2 milhão, Foz do Iguaçu R\$1,5 milhão e Cascavel R\$1,2 milhão.

Outros municípios vêm recebendo o dobro dos recursos que vêm sendo destinados à Ponta Grossa. Não há justificativa para a diferença de valores, pois esta desigualdade de tratamento, que é o exato oposto daquilo que se espera de um governo democrático e tratado com especial carinho pela população, choca o cidadão prinesino que não merece tal discriminação pois precisa e por vezes depende da infra-estrutura existente.

Sala das Sessões, em 10.11.99.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 2386

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, conste na Ata dos trabalhos de hoje a matéria intitulada "A prima pobre", do Jornal da Manhã, em anexo.

Tal matéria refere-se a existência de um tratamento diferenciado por parte do Governo do Estado, entre Ponta Grossa e as demais cidades do Paraná, principalmente no que refere-se ao repasse de verbas, pois não há explicação para o fato de outros

municípios receberem virtualmente o dobro dos recursos para lá destinados.

Essa desigualdade de tratamento, que é o exato oposto daquilo que se espera de um governo democrático choca a população princesina, que não merece tal discriminação pois precisa e por vezes depende da infraestrutura existente.

Sala das Sessões, em 10.11.99.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 037/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica autorizado a reintegração ao Município de Faxinal do distrito de João Vieira (Bairro de Elóis), desmembrada deste mesmo município, que passou a pertencer ao Município de Cruzmaltina.

Art. 2º - Divisão entre os Municípios de Faxinal e Cruzmaltina, conforme memorial descritivo anexo.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.11.99.

(a) MILTINHO PUPPIO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de resolução tem por finalidade atender a solicitação dos Municípios de Faxinal e Cruzmaltina, a respeito da localidade do distrito de João Vieira (Bairro Elóis), que na emancipação do Município de Cruzmaltina, e na verdade pertence a Faxinal.

Para comprovação, da vontade da população, do referido distrito em voltar a pertencer ao Município de Faxinal, segue em anexo matérias que foram publicadas nos jornais locais, cópia da ata de reunião da consulta popular, e cópia do plebiscito realizado na localidade com 140 assinaturas, ainda ofício do Prefeito de Faxinal, solicitando a referida integração e justificativa da referida solicitação enviada pela Associação de Moradores e Produtores Rurais de João Vieira, assinado pela presidente, Ivone Aparecida de Souza Neca.

Os moradores do referido distrito, tanto querem sua redefinição, transferindo-os para o Município de Faxinal que solicitaram ao Prefeito de Cruzmaltina que concedesse a modificação, a qual foi atendida e autorizada pelo mesmo.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 556/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Governo do Estado do Paraná a instituir Programa de Plantio de Soja Transgênica para Fins Restritos de Pesquisa.

Parágrafo Único - O plantio a que se refere o Art. 1º ficará sob a supervisão da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 10.11.99.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa autorizar o Governo do Estado do Paraná a instituir Programa de Plantio de Soja Transgênica para fins restritos de Pesquisa, cuja supervisão será feita pela Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento.

A soja transgênica, em tudo idêntica à convencional, mas que consegue sobreviver a ação herbicida, o glifosato, o qual age pela inibição de uma enzima essencial ao desenvolvimento das plantas, que não existe em outro ser vivo.

A área cultivada comercialmente com plantas transgênicas no mundo está nos Estados Unidos, China, Canadá, Austrália, Argentina e México. Em 1997, a área plantada atingiu cerca de 11 milhões de hectares, saltando para 27,8 milhões em 1998. A soja RR (como é chamada a modificada) correspondeu a 52% da área plantada, no ano de 1998.

O Brasil está defasado em relação aos seus principais competidores, os EUA e a Argentina. Na última safra nos EUA 52% da área plantada foi com variedades transgênicas e na Argentina mais de 70% da área.

Comentários extra-oficiais dizem que no Rio Grande do Sul foram plantadas na última safra, cerca de 300 mil hectares de soja transgênica, com sementes oriundas da Argentina, contrabandeadas e multiplicadas de forma clandestina por alguns agricultores desde a safra 97/98.

Tradicionalmente o Paraná importa cerca de 500 mil sacas de soja do Rio Grande do Sul. Possivelmente parte dos 300 mil hectares lá plantados são campos clandestinos de sementes, em consequência, poderão vir para o Paraná.

Não podemos ficar alheios a situações que estão batendo à nossa porta. Estamos caminhando para a quebra de tabus, em busca de novos resultados que contem o consumidor com baixo preço, alta produtividade e boa qualidade.

A exploração do conhecimento não tem fim. O Brasil precisa se integrar a esse avanço tecnológico, nem que seja com campos experimentais, com plantio de soja transgênica.

O Paraná também necessita se enquadrar nesse contexto; não podemos ficar à mercê, produzindo produtos convencionais e correndo o risco do plantio clandestino.

Cabe ressaltar que não estamos autorizando o plantio de soja RR, porém o plantio unicamente para fins de pesquisa, uma vez que questões definitivas ainda estão sendo estudadas por organizações governamentais e não governamentais, para que num futuro, após inúmeros estudos e testes, a soja transgênica possa ser implementada de uma maneira segura e eficaz, tanto para o produtor como, principalmente para o consumidor.

PROJETO DE LEI Nº 557/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Governo do Estado do Paraná a criar e instituir o Programa de Avaliação Visual e Auditiva nas escolas públicas de 1º Grau.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.11.99.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

JUSTIFICATIVA:

Apresentamos o presente projeto de lei para ser submetido à apreciação do douto Plenário, como maneira de oferecer ao Executivo Estadual uma forma simples e objetiva a fim de melhorar ainda mais a qualidade do ensino público no Estado do Paraná.

O referido projeto visa criar e instituir Programa de Avaliação Visual e Auditiva.

Não cabe ao professor detectar esses tipos de problemas e muitas vezes o aluno apresenta dificuldades no aprendizado, e até mesmo de relacionamento, em decorrência da falta de acuidade visual e auditiva.

Com essa proposta, e em consonância com a Secretaria de Estado da Saúde, nossos alunos estarão melhores assistidos, possibilitando à instituição educacional a oportunidade de melhor avaliá-los.

Contamos com o apoio dos nobres Pares na aprovação desta proposta.

PROJETO DE LEI Nº 558/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Lar Evangélico de Assistência ao Idoso, com sede e foro no Município de Curitiba, neste Estado.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.11.99.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

A Associação Lar Evangélico de Assistência ao Idoso de Curitiba tem por objetivo desenvolver ações que

concorram para o atendimento de idosos, dentro de um conceito familiar, nas cinco áreas que interferirão diretamente na saúde, nutrição, saneamento e aspectos legais.

Sendo assim, sabedores do excelente trabalho que a referida associação faz com a comunidade carente e idosa de Curitiba, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 559/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Unidade de Atendimento Social São Francisco de Assis, com sede e foro no Município de Itaperuçu, neste Estado.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.11.99.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

A Associação Unidade de Atendimento Social São Francisco de Assis de Itaperuçu, tem por objetivo desenvolver ações que concorram para o atendimento de idosos, dentro de um conceito familiar, nas cinco áreas que interferirão diretamente na saúde, nutrição, saneamento e aspectos legais.

Sendo assim, sabedores do excelente trabalho que a referida associação faz com a comunidade carente e idosa de Itaperuçu, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 560/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a CRECOMAR - Creche Coração de Maria, com sede e foro no Município de Quarto Centenário, neste Estado.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.11.99.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se tal proposição, tendo em vista que a entidade tem desenvolvido um profícuo trabalho junto a infância em geral, e ainda um amparo às mães, zelando pelo bem-estar e principalmente pela assistência educacional gratuita, pelo desenvolvimento da cultura e as necessidades das crianças. Isso se fará sem qualquer tipo de discriminação, sem distinção de cor, sexo, nacionalidade, profissão, credo religioso ou político, como também, sem fins lucrativos.

Atende as crianças carentes de 0 a 6 anos de idade, cujas mães trabalham como diaristas, proporcionando-lhes segurança, alimentação adequada, noções de higiene, hábitos de atitudes, apoio psicopedagógico, instrução a nível pré-escolar, apoio de reforço nas atividades diárias, como também, incentivá-las à socialização através do lazer e convívio com os demais. Encaminhamento odontológico e médico, como também, controle de peso, verminose e anemias.

Desenvolver junto às mães, programas de profissionalização e de conscientização nas áreas de saúde, higiene, alimentação, política e trabalho.

PROJETO DE LEI Nº 561/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a APAT, Associação Paranaense de Amparo ao Trabalhador, com sede e foro no Município de Ponta Grossa.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.11.99.

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

A APAT, Associação Paranaense de Amparo ao Trabalhador, com sede a Rua Rui Barbosa, 131, no Município de Ponta Grossa, é uma entidade civil, sem fins lucrativos, tendo sido fundada pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Ponta Grossa e pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Laticínios, Carnes e Derivados de Castro.

Atualmente a APAT desenvolve atividades de promoção gratuita da educação, da saúde e da segurança do trabalhador e qualificação profissional. Realiza cursos em diversas áreas, bem como assistência jurídica gratuita aos trabalhadores pobres. Além disso, a APAT vem mantendo Farmácia dos Trabalhadores, que repassa, a preço de custo, produtos farmacêuticos, artigos médicos e ortopédicos, entre outros, aos trabalhadores mais necessitados, sempre com a presença de profissional responsável na área de farmácia.

Assim sendo, o presente projeto de lei justifica-se pelo largo alcance social do trabalho desenvolvido pela APAT, especialmente em relação à Farmácia dos Trabalhadores, que tem se constituído, para muitas famílias de trabalhadores, na única possibilidade de aquisição de medicamentos. A declaração de Utilidade Pública possibilitará à APAT pleitear recursos junto a organismos governamentais e não governamentais, fundamentalmente necessários, considerando que a referida entidade não possui fins lucrativos e as atividades a que se propõe, estão em pleno vigor.

Assim sendo, solicitamos o apoio dos nobres Pares desta Casa, para que possamos declarar a APAT como entidade de Utilidade Pública Estadual, possibilitando a manutenção de suas atividades.

PROJETO DE LEI Nº 562/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Governador do Estado do Paraná a transferir para o Município de Curitiba, mediante convênio, o gerenciamento do Transporte Coletivo Intermunicipal de Passageiros da Região Metropolitana de Curitiba.

Parágrafo único - Fica a cargo da URBS, Urbanização de Curitiba S.A. a operação, o gerenciamento, o planejamento operacional e a fiscalização, administração financeira e demais atribuições e competências do convênio de que trata o presente artigo, aplicando as disposições já definidas na Lei Municipal de Curitiba nº 7.556, de 17 de outubro de 1.990 e demais atos regulamentares.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.11.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição com o objetivo de proporcionar melhor operacionalidade do Transporte Coletivo Intermunicipal de Passageiros da Região Metropolitana de Curitiba, autorizando o Governador do Estado transferir para o Município de Curitiba o seu gerenciamento.

A medida aqui proposta tem embasamento constitucional, já que é de competência do Poder Executivo a responsabilidade pelos transportes intermunicipais. Outrossim, a mesma está em concordância legal com a legislação vigente.

O sistema atual de manutenção e subordinação dos transportes intermunicipais de passageiros da Região Metropolitana está impraticável, devido ao crescimento de nossa Capital e do município que integram a Região Metropolitana de Curitiba. tendo a URBS, hoje, a predominância do gerenciamento deste sistema, é de praticabilidade e eficiência que ela passe a gerenciá-lo integralmente.

Pelas razões acima, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 563/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam incluídos os Municípios de Quedas do Iguaçu e Espigão Alto na área de abrangência do Núcleo Regional de Educação de Dois Vizinhos.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.11.99.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição no sentido de incluir os Municípios de quedas do Iguaçu e Espigão Alto na área de abrangência do Núcleo de Educação de Dois Vizinhos.

Justifica-se a presente proposição devido a proximidade dos referidos municípios ao Município de Dois Vizinhos, o que muito facilitará os trabalhos administrativos junto ao Núcleo Regional de Educação.

Assim sendo, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 564/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Lar Batista de Nova Londrina, LBNL, com sede e foro no Município de Nova Londrina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.11.99.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora pretendemos declarar de Utilidade Pública tem por finalidade desenvolver e promover o bem estar social, prestando assistência gratuita aos necessitados através de creches, escolas, casa lares e instituições.

Por seu caráter altamente meritório contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto.

PROJETO DE LEI Nº 565/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de General Carneiro com sede e foro no Município de União da Vitória.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.11.99.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora pretendemos declarar de Utilidade Pública, trata-se de uma sociedade civil de caráter assistencial que objetiva manter e incentivar a criação de estabelecimentos especializados destinados ao treinamento, educação, habilitação, reabilitação e inserção social do excepcional.

Busca promover medidas que visem assegurar o ajustamento e bem estar dos excepcionais.

Por tratar-se de medida de elevado teor social, contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 566/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Anahy com sede no Município de Anahy e foro no Município de Corbélia.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.11.99.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora pretendemos declarar de Utilidade Pública, trata-se de uma sociedade civil de caráter assistencial que objetiva manter e incentivar a criação de estabelecimentos especializados destinados ao treinamento, educação, habilitação, reabilitação e inserção social do excepcional.

Busca promover medidas que visem assegurar o ajustamento e bem estar dos excepcionais.

Por tratar-se de medida de elevado teor social, contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Gostaria de dizer que entendemos a situação do Líder do Governo, bem como aqueles que se posicionam a favor do Governo do Estado.

Queremos fazer um posicionamento sobre o que entendemos. Não é para o bem do Paraná e sim para toda a próxima geração o que se pretende neste Poder Legislativo.

Vem a esta Casa uma Mensagem em que o Governador do Estado, através da sua assessoria que não fornece elementos precisos, e não deixando vir a esta Casa um dos seus principais auxiliares que é o Secretário de Finanças do Estado para traduzir a real vantagem

dessa antecipação dos royalties de Itaipu ao nosso Estado.

O Paraná recebeu mais de cem milhões de reais dos royalties. Essa antecipação que o Governo pretende é por vinte e três anos. E já terá um deságio de quase 800 milhões de reais. Tendo o Paraná a receber em papel 1 milhão e quinhentos e pouco.

Não é dinheiro é papel pelo qual terá um deságio onde for procurar e transformar em real de aproximadamente 30%, 40% ou menos por cento.

Ficando ao Paraná a importância, que não chega a metade do papel a ser ofertado pelo Governo Federal. Ainda mais, o Governo Federal quer pagar esses papéis em 5 anos. E o Governo Federal quer pagar esses papéis em 15 anos. E o Governo do Estado pretende em 8 anos.

Acredito que o Governo do Estado poderia antecipar os três anos que lhe faltam. E os próximos Governos do Paraná, através de uma lei que esta Casa poderia elaborar, não teriam a condição legal de quebrar os futuros governos do Estado do Paraná. São 23 anos que o Governador do Estado vai antecipar uma receita que anualmente entra nos cofres do Governo do Estado. Isso teremos outras oportunidades para, neste Plenário detalharmos esse assunto que é de interesse do Paraná.

Mas o que nos traz nesta tarde a essa tribuna, é a visita pela qual algumas pessoas, alguns representantes de entidades estiveram com sua Excelência em nome da cidade de Ponta Grossa, pedindo ao Senhor Governador do Estado, a atenção à Cidade de Ponta Grossa. Aquela Comissão que ali esteve na maioria de homens filiados ao partido do Governo e a outro partido que apóia o Governo, ali estiveram em nome da nossa cidade e alguns outros que não são filiados a Partido algum, ali estiveram com Sua Excelência o Governador falando sobre a cidade de Ponta Grossa.

É nesse embalo, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que nós estamos entrando nesta tarde com um pedido através de um requerimento a Sua Excelência o Governador de que nós reconhecemos o investimento que foi feito na área de industrialização da nossa cidade, e até da nossa região.

Hoje, pela manhã tivemos mais um incentivo dado à cidade de Castro recebendo uma extensão de uma nova firma, uma atenção do ilustre Secretário Sierra, do Governo do Estado ampliando o leque na industrialização da região dos Campos Gerais, coisa que nós agradecemos. Mas, também estamos aqui Senhores Deputados, para mostrar aquilo que nos empenhamos de trazer ao Paraná e, principalmente ao comitê de imprensa, aqui que leva o que ocorre nesta Casa, a disparidade em números da atenção a nossa cidade, a nossa região, os outros quadrantes do Paraná.

Neste requerimento, peço ao Senhor Governador, qual foi o critério. Porque a minha cidade de Ponta Grossa, que tem um número igual ou pouco menos do que as outras cidades, aqui mencionadas, com uma diferença gritante, aonde se espelha aquilo que nós dizemos -

se num setor nós temos a atenção, em outros setores o Governo do Estado está a dever a nossa cidade e a nossa região.

E na cobrança feita pelo Prefeito de Ponta Grossa, naquela oportunidade o Governador assim o entendeu, pensando igual a uma família, que a atenção só deve ser dada a um setor da família e, não a toda a família.

Então mostramos nesta tarde, através deste requerimento, que Ponta Grossa foi agraciada com 699 mil, para fazer com que aquela sinalização de que tudo que existe na nossa cidade em termos de transitabilidade para quem mora, para quem transita e para quem tem interesse na cidade, teve este quase 700 mil reais, para a modificação, atualização e, principalmente, para a renovação da sinalização da nossa cidade.

Enquanto, que o município de Londrina recebeu 1.700, Maringá 1.200, Foz do Iguaçu 1.500 e Cascavel 1.200.

Estamos entrando com esse requerimento, Senhor Presidente e Senhores Deputados, para mostrar de que a diferença de quase mais da metade para algumas comunidades, e de mais, de 70%, 80% para outra comunidade e um pedido feito por Ponta Grossa, através de um projeto igual ou semelhante a todos aqueles, houve uma diferenciação de atendimento no número. Estaremos, Senhores Deputados, aqui desde que tenhamos em mãos os números ofertados pelo Governo do Estado através das suas Secretarias e das suas autarquias, trazendo a este Plenário e a este Paraná, a diferença que reclamamos da atenção que deve o Governo do Estado a nossa cidade e a nossa região dos Campos Gerais.

Quero também, Senhor Presidente e Senhores Deputados, dizer de que a Prefeitura de Ponta Grossa como todas as Prefeituras enfrenta dificuldades, que o Governo do Estado como todos os Governos também enfrenta as vicissitudes do momento nacional que vivemos, e o nosso Governo Federal também tem as dificuldades que todos os Governos desse universo se apresentam, mas com uma diferença, precisamos uma igualdade de tratamento, queremos Senhores Deputados uma atenção igual, Ponta Grossa contribuiu e contribui muito com os Governos passados e com o atual Governo, e o Governo do Estado enquanto não cumprir a sua parte com a nossa cidade, com a nossa região, estaremos nesta tribuna dizendo daquilo que a cidade sente, que a região necessita e que o Paraná precisa saber.

Concedo um aparte ao Líder do Governo, Deputado Valdir Rossoni, desde que seja breve.

O SR. VALDIR ROSSONI

É difícil ser breve porque seu pronunciamento é extenso e vai a diversos pontos, o qual teria e tenho obrigação de responder.

Mas quero dizer a Vossa Excelência que quanto a discriminação de Ponta Grossa, discordo totalmente de Vossa Excelência, e os números vão provar à Vossa Excelência.

Quanto a questão da antecipação dos royalties, quero colocá-lo a par do que está acontecendo na Casa para que Vossa Excelência fique convidado pela Liderança do Governo, para que Vossa Excelência possa participar do debate que estamos fazendo, para discutirmos o projeto e é nossa intenção aprovarmos aqui a mensagem do Governo.

Na terça-feira, por volta das 9 e meia, estarão na Liderança do Governo, os Secretários de Estado, os técnicos do Governo, aonde farão uma ampla explanação sobre a antecipação dos royalties, e quero lhe garantir de que se qualquer Deputado desta Casa tiver uma outra sugestão para capitalizar o fundo previdenciário que é o grande problema que estamos enfrentando, o Governo está aguardando qualquer sugestão, sugestão que seja factível, que seja exequível e que possamos resolver esse problema, porque hoje gastamos 36% da receita, e nós não podemos continuar com esta situação. O Governo Jaime Lerner está encontrando soluções por problemas que ele encontrou no governo e que vem se aprofundando.

Então, convido Vossa Excelência, talvez Vossa Excelência não tenha conhecimento, no dia de ontem, na CCJ teve um amplo debate, vários Deputados pediram à Liderança do Governo que trouxesse aqui técnicos para discutir esta questão, nos colocamos à disposição e na 3ª feira, às 09:30 da manhã, na sala da Liderança do Governo estarão presentes todos os técnicos e Secretários da área para dar as devidas explicações e fazer com que os Deputados entendam e façam um debate para que possamos aperfeiçoar esta lei para bem do futuro do Paraná. Então, Vossa Excelência fica convidado. Quanto a discriminação de Ponta Grossa discordo de Vossa Excelência porque sem sombra de dúvida, suas afirmações talvez estão sendo levadas pela emoção e não pela razão, porque ontem mesmo eu vi empresários de Ponta Grossa elogiando o Governador que tem sido o melhor Governador para Ponta Grossa. E o desenvolvimento de Ponta Grossa, hoje, é devido as atitudes do Governador Jaime Lerner.

Agradeço!

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Quero dar uma sugestão ao Líder do Governo, antes de colocar a nossa posição referente ao seu aparte, que essa reunião na Liderança do governo fosse transferida para o Plenarinho, porque o seu gabinete só com os aliados do Governo já não cabe mais ninguém e convidando os demais Deputados desta Casa não terá ali o espaço a ser oferecido para que um debate, realmente, de um nível, de um interesse, como é esse dos royalties, possa ser desenvolvido.

O SR. VALDIR ROSSONI

Quando sou convidado para uma reunião, não estabeleço o local que devo ser convidado. Mas, quero lhe dizer que quando sou convidado, procuro ir ao local que sou convidado.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Queria dar uma sugestão ao ilustre Líder, para que ali não aconteça aquilo que vamos presenciar, o que é natural, não existe uma acomodação onde se possa desenvolver um debate pelo qual um esclarecimento a ser oferecido, um espaço, lugar para os Senhores Deputados.

Mas, quero dizer que a discriminação existe com Ponta Grossa, os números mostram e estamos falando em 699 mil, contra um milhão e setecentos mil, número não mente. Não é emoção, é realidade e é real.

Concedo um aparte ao Deputado Plauto Miró, se a Mesa me oferecer uma parte do Horário do Partido da Frente Liberal.

O Sr. Plauto Miró Guimarães

Nobre Deputado, ouço as suas palavras com relação aos investimentos feitos em vários municípios do Estado do Paraná. Vejo a comparação sendo feita do Município de Ponta Grossa, no Município de Maringá que tem praticamente o mesmo tamanho da nossa cidade com o Município de Londrina que é bem maior que o Município de Ponta Grossa. Em algumas áreas vemos números que o nosso município recebeu menos que o Município de Londrina e que o Município de Maringá.

Mas, vamos falar de uma ação de Governo que Ponta Grossa recebeu muito mais, quem sabe, até do que os dois juntos, que é na questão da industrialização. Temos mais de 550 milhões de reais investidos no Município de Ponta Grossa por indústrias modernas que lá instalaram-se por uma ação direta de um Governo que tenta descentralizar, trabalha, levando as suas indústrias para o interior do estado.

Então, acho que o Município de Ponta Grossa, em determinadas áreas, em determinados programas, pode ter recebido menos que outros municípios, mas nessa questão da industrialização o Município de Ponta Grossa, com certeza, perde só para o Município de Curitiba, município da região metropolitana, e está na frente dos demais municípios do interior do Estado do Paraná.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Agradeço o aparte do Deputado Plauto e também acho que se Londrina tivesse a localização estratégica do corredor de exportação, da situação de ser vitrine do MERCOSUL e ser um porto seco dos vinte e poucos estados da federação, como Ponta Grossa, não por vontade, mas por escolha do seu povo que ali se assentou e por benevolência de Deus pela natureza que ofereceu a nossa cidade, ali se acentua esse investimento, nenhuma das indústrias que se aportou foi pela cidade ou pelo Governo, foi com o incentivo do Governo e da cidade, mas principalmente pela localização estratégica do nosso município. Esses milhões que ali foram assentados serão devolvidos a esse investimento com maior lucro e uma melhor comercialização dos produtos que ali irão ser fabricados. Nenhuma indústria vai se localizar onde não situe um corredor de exportação do Porto de Paranaguá e

uma localização privilegiada do pólo automotivo que se localizou aqui em Curitiba, na região de Campo Largo e na região de São José dos Pinhais. Acho que Ponta Grossa recebeu esses incentivos nessa área que agradecemos ao Governo do Estado e conhecemos a sua participação, foi pela sua localização. Em Londrina não teria nunca a atenção, muito menos Cascavel, muito menos Guarapuava ou qualquer outro centro deste Estado, pela localização da exportação do Porto de Paranaguá, pelo custo operacional dos produtos a fazer o seu escoamento aos Países co-irmãos e para o Comércio Comum Europeu.

Tenho a certeza, Senhor Presidente, que este número de investimentos na industrialização foi feito visando o futuro porque nenhum industrial aplica dinheiro onde não vai ter lucro.

Quero, ao encerrar, pedir a este Plenário que vejamos qual é a resposta do Senhor Governador a respeito da discriminação não com Londrina que é muito maior que Ponta Grossa e recebeu um milhão e meio e a nossa cidade seiscentos e noventa e nove mil.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Péricles Mello.

O SR. PÉRICLES MELLO

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Inicialmente queria dizer que a Bancada do Partido dos Trabalhadores entrou com um requerimento hoje, nesta Casa, e espera ser aprovado, convocando o Conselheiro Artagão de Matos Leão, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, para comparecer a este Poder Legislativo a fim de expor a situação da dívida pública estadual.

O Dr. Artagão se manifestou na imprensa escrita do Paraná dizendo que o Tribunal de Contas tem uma série de dúvidas em uma série de questões sobre o endividamento do Paraná, e mais especificamente, sobre a prestação de contas do Governo do Estado no exercício de 1998.

Estas dúvidas dizem respeito às questões que todos já levantamos nesta Casa: Concessão de rodovias, recursos do Governo que são destinados para as grandes montadoras e empresas de capital internacional que vieram para o Paraná nesta guerra fiscal enorme e profunda que existe no país. Levantamos uma série de indagações e é bom recordar todos os requerimentos pedindo informações deste Plenário: Quanto o Governo deu para a Renault, quais os incentivos, pedimos esclarecimentos sobre o protocolo de intenções e foram sumariamente rejeitados os requerimentos e só conseguimos informações porque um funcionário do Governo nos passou uma cópia do Protocolo de Intenções.

Se não fosse esta cópia, até hoje o povo paranaense não saberia quanto o Governo deu para a Renault, quais

os incentivos deste processo violento de guerra fiscal do Brasil.

Esta dúvida por nós levantada é também levantada pelo Tribunal de Contas conforme a análise do Sr. Artagão de Matos Leão.

Levanta também outras questões com respeito ao endividamento do Paraná. Questões graves e sérias. A questão do BANESTADO, do Banco Central, e acho que nada mais correto que o Tribunal de Contas, sendo um órgão auxiliar da Assembléia Legislativa, que o Conselheiro venha a esta Casa, com todo o respeito, para prestar estes esclarecimentos com a maior rapidez possível.

Acho que o depoimento do Conselheiro vem enriquecer o debate que faremos, dia 18, com o Secretário Giovanni Geonédís.

A situação do Estado é grave mesmo que se comparada a outros Estados do Brasil. É um endividamento profundo que aconteceu no Governo Jaime Lerner durante os anos deste Governo. O Paraná que era um Estado superavitário passou a ter déficit todo ano em seu orçamento. É um endividamento que vem em decorrência de questões sérias que denunciávamos como a questão do BANESTADO Leasing, como a questão dos mais de 400 milhões em comunicações e uma série de outras questões como a terceirização do serviço público e outras questões graves que levantamos.

Não podemos mais ficar nesta situação difícil para todo o povo que não sabe o que está acontecendo de verdade no estado. Sabe da dívida, mas não sabe as causas em profundidade. Acho que temos o direito, enquanto Poder Legislativo, de ter uma análise, uma radiografia perfeita, um diagnóstico completo da situação das finanças do Estado. Se o Conselheiro viesse aqui nesta Casa prestar os esclarecimentos, colocar suas dúvidas e suas questões, teremos muito mais condições de aprofundar o debate com o Sr. Giovanni Gionédís no dia 18 de novembro quando ele estará aqui.

Peço encarecidamente aos Senhores Deputados, a nossa Bancada, a Bancada de Oposição que são 14 Deputados, a Bancada do Governo para que em nome da transparência, da valorização do Poder Legislativo, do próprio Tribunal de Contas, aprovemos por unanimidade este requerimento que será votado logo a seguir, no final da sessão.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, hoje em todo o Brasil acontece uma manifestação de milhões de pessoas contra esta situação trágica que passa o nosso país, um dia nacional de paralização e protesto, organizado pelo Fórum Nacional de Luta. Pela manhã houve uma passeata com milhares de pessoas pelas ruas centrais de Curitiba, a participação da CUT, da APP Sindicato e vários sindicatos ligados a CUT e a outras centrais, a participação de partidos políticos como o nosso Partido, o PT, e outros Partidos que questionam este sistema cruel que está no Brasil e queremos desta tribuna manifestar solidariedade do nosso partido, irrestrita, a este movimento. Toda a posição do PT tem sido uma posição de

questionamentos, todos sabemos e mais que isto sentimos na nossa própria carne a situação difícil porque passa o nosso povo com milhões de desempregados, a economia brasileira cada dia pior, o déficit cresce, não resolvemos o problema da balança comercial, éramos uma economia super avitória, hoje temos um déficit muito grande, nossa dívida interna cresceu; cresceu a dívida externa, apesar de tudo o que foi construído com o sacrifício do povo e de muitas gerações, tem sido vendido a preço de banana para o capital internacional.

Falcaturas as mais diversas envolvendo a privatização de empresas estatais, quebra de sigilo de informação por parte do Banco Central, enriquecimento, aquilo que alguns intelectuais chamam de “atuação predatória do capital”, ou seja, hoje quem enriquece são aqueles setores empresariais que estão mancomunados (ininteligível) ... o poder do Estado e algumas pessoas vinculadas ao poder do Estado que acabam neste complô se enriquecendo e fortalecendo o interesse privado, privatizando cada vez mais o Estado brasileiro.

A CUT e o movimento, o fórum em defesa, o trabalho ... (ininteligível) ... e cidadania faz uma análise profunda da situação do País e propõe questões concretas para solução. Em primeiro lugar o fórum exige, coloca o povo nas ruas pedindo a suspensão da dívida externa e o fim do acordo com o FMI, a redução da jornada de trabalho que é uma bandeira histórica, sabemos que a humanidade mudou, o desemprego é enorme, a máquina deve servir para diminuir a jornada de trabalho do ser humano, acontece assim nos países mais civilizados do mundo e pedimos, reivindicamos a redução da jornada de trabalho para 36 horas semanais, sem redução de salário. Isto geraria imediatamente 3,6 milhões de empregos, segundo a análise que fizemos.

O aumento de 10% para todos os salários e o mínimo de 180 reais. Isto é o mínimo que se pode exigir diante da inflação que acontece e das próprias promessas do Presidente, desde o seu primeiro governo, que colocaria no final do seu primeiro governo o salário mínimo a cem dólares e hoje está muito menor do que isso.

A destinação dos recursos dos bancos públicos, como o BNDS e o Banco do Brasil, setores que mais geram empregos, principalmente para as pequenas e médias empresas do campo e da cidade. Reforma agrária de fato, garantindo o incentivo e crédito da produção, questões que nós, aqui no Estado também levantamos e estamos com o nosso projeto para ser votado - e infelizmente ainda não foi, mas estamos conversando com o Presidente da Casa - um projeto de extrema importância para a pequena produção familiar no nosso Paraná.

A criação imediata de uma política agrícola que incentive o pequeno e médio agricultor familiar, ampliação dos recursos do PRONAF, ...

(Passa a usar o Horário da Liderança do PT)

... a criação de um programa nacional para a geração do primeiro emprego, com jornada especial de trabalho, para

os estudantes. Fim do trabalho infantil e adoção nacional do programa de bolsa-escola às famílias de baixa renda, para que seus filhos possam permanecer na escola. Esse programa é um fato em Brasília, onde foi implementado por nosso Governador Cristovão Buarque, se acabou - praticamente se extinguiu - a evasão escolar; é um programa que é exemplo para todo o Brasil, e o movimento “Fórum, Terra, Trabalho e Cidadania” cobra isso do Governo Federal.

Investimentos e moradias populares com subsídios para as famílias de baixa renda, por meio de um plano de casas populares. Não existe política habitacional no Brasil, o déficit aumenta cada dia e sabemos que, enquanto o juro estiver tão alto é muito difícil fazer uma política habitacional, porque são recursos que tem que ser pagos a longo prazo, porque o juro alto inviabiliza o pagamento. Então, queremos gerar empregos e resolver o problema da moradia para as pessoas, e mudar também a política econômica com juro mais baixo.

Recuperação da escola pública, 1º, 2º graus, técnicos, universitários com ampliação de vagas; limitação de número de alunos por classe e valorização e qualificação dos profissionais de educação.

Investimento na saúde pública com melhoria e fortalecimento no atendimento do SUS. Acho que não precisa de nenhuma palavra, porque todos sabemos da situação grave, trágica, que se encontra a saúde no Brasil. Uma previdência pública de qualidade, aliada a uma política de combate à sonegação, àqueles que sonegam recursos, e a melhoria da qualidade dos serviços públicos com a valorização dos servidores. Essas questões são de extrema importância para mudar o Brasil. E queremos, neste momento, nos solidarizar com a CUT, com o “Fórum, Trabalho, Terra e Cidadania” e a nossa ação, ação da Bancada dos Trabalhadores aqui no Paraná não tem sido outra coisa senão a luta por estes princípios.

Senhor Presidente e Senhores Deputados, por último trago a essa tribuna uma denúncia formulada pelo Sindicato dos Vigilantes de Curitiba e Região Metropolitana. O Sindicato trouxe a denúncia ao nosso gabinete, essa denúncia foi para os jornais do nosso Estado, o Sindicato estima que mais de trinta mil vigilantes clandestinos existam no nosso Estado e esse trabalho com vigilância clandestina é feito com a Polícia Militar, o Sindicato denuncia que existe empresa de vigilância, empresas cujos donos são coronéis reformados da Polícia Militar e que tem facilidade de contratar policiais militares para prestar os serviços de vigilância.

O Sindicato, com muita razão, coloca esse problema porque aumenta o desemprego dos vigilantes que fizeram cursos, são pessoas especializadas para esse trabalho, tem uma representação através de seu Sindicato; e o policial, que já tem o seu serviço prestado ao Estado do Paraná, tem o seu salário, ele está tomando o emprego de forma ilegal, dos vigilantes legalmente estabelecidos, e que buscam emprego no nosso Estado.

Mais do que isso, esta denúncia vem agravar a situação da Polícia Militar. O Deputado Ricardo Chab está propondo uma CPI por uma série de problemas que acontecem na Polícia Militar do Paraná, estamos conversando com o Deputado, podemos participar também desta CPI, desde que tenhamos também uma certa força, uma expressão dentro da CPI, e que possamos, junto com o Deputado Ricardo Chab e com outros Deputados, levar às últimas conseqüências, através da CPI, esta comissão, a investigação da Polícia Militar.

Acho que esse é mais um assunto, Deputado Chab, que deve entrar na Comissão Parlamentar de Inquérito: a utilização dos policiais militares por empresas cujos donos são reformados da Polícia Militar, e por isso têm muitas facilidades, em prejuízo da categoria dos vigilantes do nosso Estado. Faço da nossa Bancada denúncia do Sindicato e manifestamos também o nosso apoio, a nossa solidariedade ao Sindicato dos Vigilantes do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra, no Pequeno Expediente, o Deputado Ricardo Chab.

O SR. RICARDO CHAB

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada.

Quero explicar rapidamente, até porque todos os Deputados desta Casa receberam hoje pela manhã, nos seus gabinetes, uma cópia do relatório da Secretaria de Segurança Pública, do que eles denominam como investigação preliminar, no caso da compra das jaquetas importadas da Polícia Militar. Quero fazer um breve relato para que todos os Senhores tomem conhecimento, porque tenho já em minhas mãos - antes de começar a me ater ao relatório da Secretaria - um requerimento que fiz, formulei, na semana passada. Este requerimento pede a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, para que a Assembléia Legislativa do Estado apure a maneira como se faz a compra de equipamentos nas duas polícias, tanto na Civil como na Militar.

Tenho as quatro assinaturas: a minha, a do Algaci Túlio, a do Miltinho Puppio e a do Thiago Novaes. Tenho, por parte da Oposição, o compromisso verbal de que teríamos 14 assinaturas, caso tivesse o meu requerimento as quatro. Quero colocar para o Bloco de Oposição, que já tenho as quatro assinaturas e vou passar para a Liderança da Oposição.

Quero explicar a todos os senhores, os detalhes desta investigação preliminar, por parte da Secretaria da Segurança Pública. Há muito tempo venho recebendo informações - creio que outros Deputados desta Casa receberam informações sobre "compras", que não estariam sendo feitas com o critério que se deve ter com o dinheiro público. A informação que me chegava - e tenho dito reiteradas vezes, e esta Casa inclusive, fez aprovar

no final do mês de agosto, um pedido de informação meu, que culminou com essa investigação preliminar.

A resposta da Secretaria de Segurança Pública, depois de uma investigação preliminar, é, ao meu modo de entender, superficial e não se aprofundou. Ela apenas se ateve tão somente no empréstimo de 350 mil reais. Digo a palavra empréstimo, por quê? Porque para que o senhores saibam, os senhores coronéis tiraram o dinheiro que existe no determinado Conselho Econômico Financeiro, que tem um fundo - o dinheiro foi tirado desse fundo e foi passado para o empresário grego Jorge Pantis, a soma, a quantia de 350 mil reais.

O relatório aqui diz o seguinte: o dinheiro realmente saiu e a própria Secretaria da Segurança Pública diz aqui - vou ler - na conclusão final: "A realização de adiantamentos exige que, em sendo indispensáveis e contratuais, se proceda com as garantias e cauções exigidos. O Conselho Econômico e Financeiro sem qualquer tipo de garantia, desde há muitos anos, tem autorizado adiantamentos".

Gente, parece ser coisa de amigos! E mais: digo que o relatório é superficial, porque a Secretaria se ateve tão somente na questão de 350 mil. Tenho informações seguras, que colhi junto à Promotoria - a Promotoria por sua vez já quebrou o sigilo bancário dessa entidade, da Polícia Militar. Foram liberados vinte dias depois dos 350 mil, mais 130 mil reais.

Quero perguntar aos Parlamentares desta Casa: se libero uma determinada quantia, se dou do meu dinheiro particular 130 mil reais para alguém e esse alguém, passados os 120 dias, devolve-me a quantia de 121 mil reais, o que significa isso? Olha, gente, está caracterizado um empréstimo. E a Secretaria de Segurança Pública omite no seu relatório, a questão dos 130 mil. Então, isso por si só já é motivo para que tenhamos uma Comissão Parlamentar de Inquérito nessa Casa. Vou mais longe: a própria Secretaria de Segurança Pública, no seu relatório, também diz o seguinte - coloca aqui com clareza, que é preciso, para o futuro, observar outras regras. Diz aqui: "Os formalismos e a metodologia com que os recursos do fundo de uniformes têm sido administrados através do Conselho Econômico, necessitam de aprimoramento e aperfeiçoamento".

Então, quero colocar para essa Casa, a seguinte questão. Olha, não se trata aqui de ir à "caça às bruxas", se trata dessa Assembléia desenvolver o seu papel, Senhor Presidente! De dar rumo, de nortear a maneira como deve ser feito o contrato, estabelecer compras de equipamentos.

Quero inclusive, aqui, Senhor Presidente - e vamos ver isso dentro da CPI, tenho certeza, vamos fazer valer essa CPI. Quero inclusive salientar aqui, porque há aqui no relatório que vocês têm no gabinete de vocês, um parecer da Quarta Inspeção de Controle Executivo, do controle externo do Tribunal de Contas, que diz que esse dinheiro não é dinheiro público. Então, o dinheiro sai do caixa do Governo, vai para o Fundo da Polícia Militar, e

o dinheiro não é público! Não é público por quê? Porque eles maquiavam, descontando no holerite do soldado. Esse dinheiro não entrou no holerite de ninguém da Polícia Militar. Esse dinheiro nunca caiu na conta de nenhum soldado, de nenhum membro da Corporação. Mas no entanto, aparece, por quê? Passa de público para privado numa jogada. E esse fundo movimenta, por ano, quinze milhões de reais sem que tenha qualquer critério.

Então, no mínimo essa Casa tem que estabelecer critério para compra. Não podemos conceber. Tenho informações, vou solicitar na seqüência as informações, vou passar a todos os senhores, que o Ministério Público está muito avançado, muito mais avançado do que a investigação feita pela Secretaria de Segurança Pública. Então, estou me atendo apenas a esses detalhes. Não vou me aprofundar mais, só quero colocar para os senhores, que achei esse relatório superficial, achei o relatório que deixou de lado investigações que são necessárias, como é o caso dos 130 mil que já citei. Achei que o relatório que aponta que o dinheiro público de repente por uma Comissão do Tribunal de Contas, passa a ser dinheiro privado.

Ora, a Assembléia, todos nós temos por obrigação levantar isso, dar rumo, traçar uma maneira correta como usar esse dinheiro dos Fundos. Por isso, que a CPI que peço, Deputado Algaci Tulio e vossa pessoa, está junto comigo, Deputado Algaci Tulio, me lembro quando fui pedir a sua adesão, com o Deputado Miltinho Pupprio, os dois me falaram algo, isso me marcou, Deputado Algaci Tulio! Disse-me o Deputado Algaci Tulio: “vou assinar, porque quero preservar a instituição policial. Vou assinar porque precisamos preservar as duas instituições: a Polícia Civil e a Polícia Militar. Por quê? Os homens passam mas ela perdura. Ela está aí para ajudar e muito, a sociedade”. Palavras do Deputado Algaci Tulio, que tenho tido contato reiteradas vezes, através do requerimento da CPI.

Então, quero pedir o apoio de todos vocês. E aqui não se trata, Deputado Orlando Pessuti, de ser da Bancada Governista, da Bancada de Oposição, se trata sim, de dar rumos de como deve se proceder com o dinheiro, que no meu modo de entender é dinheiro público. É isso que temos que fazer.

O Sr. José Maria Ferreira

Deputado Ricardo Chab, Vossa Excelência traz para essa tribuna, um assunto bastante importante para o Estado do Paraná e sobretudo, observamos pela imprensa, pelos mais variados meios, a falta de segurança que vive o cidadão. E sempre as autoridades responsáveis pela questão da segurança, justificam e banalizam a violência, dizendo que faltam recursos, faltam meios e que a sociedade, através do Estado não provém os meios para que eles possam oferecer um grau de segurança com qualidade para a nossa comunidade.

Há dias Vossa Excelência vem levantando a questão da compra das jaquetas. Sabemos que não era compra de jaquetas. As empresas paranaenses não tem

um fundo para financiar o desenvolvimento, a geração de emprego e a atividade pública e privada no nosso Estado. Entretanto, a Polícia Militar do Estado dispõe, sem nenhum regime de fiscalização, de acompanhamento pela sociedade, de recursos anuais na ordem de 15 milhões de reais.

Estamos, desde 1997, com uma lei que criou Agência de Fomento com recursos de 100 milhões de reais e não foi capitalizada. E a Polícia do Estado do Paraná com recurso público tem 15 milhões e não sabemos onde são aplicados. mas isso é uma constante no Governo. Porque temos os Serviços Sociais Autônomos e o Tribunal de Contas está aí a cobrar a PARANAEDUCAÇÃO, a ECOPARANÁ e PARANACIDADE. Prestação de contas que desde a sua criação não prestaram contas.

Observamos que se estabelecermos essa CPI teremos um acompanhamento do que pode ser um grande desvio de dinheiro público, no mínimo de finalidade.

Levantou um tema e pensa que não vai ficar apenas em três ou quatro assinaturas como está hoje. Porque não é questão de bancada, de apoio ao Governo, é sim de cumprir o papel e zelar pelo dinheiro público. É este zelo que Vossa Excelência demonstra na tribuna que precisamos ter nesta Casa. Só vamos ser respeitados o dia em que nos dermos o respeito. E o respeito passa e perpassa pela assunção de uma responsabilidade de assinar uma CPI como essa.

Não se preocupe que Vossa Excelência vai colher as assinaturas na própria Bancada do Governo, porém a Oposição estará a disposição para contribuir nesse processo de fiscalização e transparência.

Parabéns! Dias atrás Vossa Excelência estava falando no vazio, mas hoje está com substrato, com papel e documentação.

Por isso que esta Casa vai apoiar essa CPI e vamos tirar daqui um belo exemplo da fiscalização dos recursos públicos.

Muito obrigado!

O Sr. Algaci Túlio

Deputado Ricardo Chab, quero dizer minha posição, a sua posição a posição do Miltinho Pupprio que não se trata de posições pessoais. Não se trata de descontentamento em relação a alguns membros da Polícia Militar. Absolutamente. Trata-se de preservar a nossa gloriosa Corporação da Polícia Militar. Somos aqui defensores da corporação, porque os homens passam e a corporação fica. É essa a nossa preocupação. Não se trata de nenhuma ação individual. Trata-se de levar a verdade como ela deve ser levada. Tenho certeza que tanto a Bancada Governista, como a bancada de Oposição só não colocaram as suas assinaturas até hoje, porque faltava exatamente este momento.

O momento que Vossa Excelência vai à Tribuna, depois de ter feito uma análise do relatório que recebeu esta Casa, através do Secretário da Segurança Pública e,

que mostre evidentemente, chama até esta Casa, para fazer averiguações.

Então estamos cumprindo o nosso papel, preservando a imagem da Polícia Militar, da Polícia Civil. Ao contrário até, quero dizer aqui ao Deputado Edgar Bueno, que não fiquei nada satisfeito com a sua menção na imprensa hoje, quando fala de que não acredita ou não leva a sério essas assinaturas. Quero dizer a Vossa Excelência, que a minha passagem por este Parlamento os anais desta Casa e a minha atuação aqui tem sido comprovado pela minha conduta. Eu aqui presidi duas Comissões Parlamentares de Inquérito. Uma com relação à Saúde Pública do Estado do Paraná que foi até o final e que a Polícia Federal acabou, evidentemente, acionando as pessoas envolvidas, indiciadas naquela CPI. Aqui, eu comande a CPI do Porto de Paranaguá, que desbaratou uma das maiores quadrilhas, que faziam as ações trabalhistas e lesavam o porto e, lesavam até hoje, o Porto de Paranaguá, mas que providências já foram tomadas.

Quero dizer a Vossa Excelência, que quando eu coloquei a minha assinatura, foi colocada para não ser retirada e, deixei muito bem claro. Só não sairia a CPI se Vossa Excelência viesse à tribuna hoje, e dissesse: - A Comissão de Segurança Pública e eu, estamos satisfeitos com o que o relatório diz". Mas como Vossa Excelência vem e reafirma, que o relatório ele deixa brechas". E como todos nós sabemos, que há uma ação no Ministério Público, com cinco ações que a qualquer momento virá a público, inclusive a quebra do sigilo bancário. Esta Casa não pode se silenciar, tem que partir para uma CPI. Eu tenho certeza que é do maior interesse de todos os Parlamentares.

O que faltava exatamente era este encontro, que acontece agora, quando Vossa Excelência vai à tribuna, explica, conclama e, eu tenho certeza, que nós teremos não apenas 18 assinaturas, vamos ter mais de 30 assinaturas, aqui, envolvendo Parlamentares do Governo e Parlamentares da Oposição.

É esta a minha posição, dizer mais uma vez: estamos querendo preservar a nossa corporação, gloriosa Polícia Militar, com certeza absoluta que vamos encontrar, evidentemente os resultados que toda a corporação quer. menos aqueles que lamentavelmente agiram ilegalmente nesse processo.

O SR RICARDO CHAB

Até para poder explicar mais detalhadamente a posição do Deputado Algaci Túlio.

O relatório na verdade é o caminho para a CPI. Ele é que pede a CPI. O próprio relatório está pedindo, porque ele diz aqui:-" a forma exercida desde há muitos anos precisa ser revista, adotando-se cuidados indispensáveis, transparentes e seguros, pois mesmo não se tratando do Recurso Público". Porque eles se apegam lá, a 4ª Inspeção, dizendo que não é Recurso Público. Con-

tinuo acreditando que é Recurso Público. isto a Casa tem obrigação de dizer se é público ou é privado.

Então o próprio relatório pede a CPI.

O Sr. Valdir Rossoni

Deputado Ricardo Chab, eu inicialmente, quando Vossa Excelência nos procurou colocando que Vossa Excelência tinha uma visão que havia necessidade de um melhor esclarecimento desta questão, nós colocamos a nossa preocupação, para aguardarmos e se por uma eventualidade este relatório advindo do Secretário de Segurança, aí nós tomaríamos uma posição.

Mediante o relatório que Vossa Excelência recebeu, o Presidente, a Liderança do Governo receberam, mediante aos argumentos que Vossa Excelência está colocando, aqui. E Vossa Excelência faz parte da base governista, sempre foi um Deputado fiel as causas do nosso Governo, eu quero comunicar a Vossa Excelência de que a partir do conhecimento do relatório, do seu pronunciamento, nós nos somaremos a Vossa Excelência e assinaremos o pedido dessa CPI e estamos pedindo para a base de sustentação ao Governo que assinem o pedido dessa CPI para que nós possamos deixar claro e preservar como disse o Deputado Algaci Tulio, preservarmos a instituição.

Era isso que queria comunicar a V.Exa. e dizer-lhe que, sem sombra de dúvida o conhecimento que V.Exa. tem desta questão contribuiu e muito para que tomássemos a decisão.

O SR. RICARDO CHAB

Agradeço a Liderança do Governo, e é importante que a Assembléia Legislativa vai cumprir o papel que lhe cabe, Deputado Valdir Rossoni, que é de estabelecer critérios na compra e eu tenho certeza absoluta, e aqui vai uma defesa, e faço publicamente. Em nenhum momento do relatório, se você for ler, houve interesse por parte da Secretaria de Segurança Pública omitir os fatos, não houve não, não houve omissão dos fatos, houve ausência de um fato talvez por desconhecimento, porque claro quem vai ser ouvido numa comissão, se alguém não lhe inquirir, não perguntar ele não vai falar.

Então, houve naturalmente essa ausência da questão dos 130 mil, agora em nenhum momento houve omissão por parte da Secretaria.

Então gostaria, Deputado Edgard Bueno, que nós agora, daí naturalmente os partidos vão indicar seus membros na comissão, para que nós fizessemos o melhor papel possível, porque quero deixar claro para esta Casa, o Ministério Público está a mil anos-luz na nossa frente, nesta questão das faixas. E nós começamos na frente, e já estamos muito atrasados porque faltou naturalmente a chegada desse relatório para que eu pudesse me pronunciar aqui.

Concedo um aparte ao Deputado Edgar Bueno.

O Sr. Edgar Bueno

Meu caro Deputado Ricardo Chab, quero e gostaria de elogiar a sua atitude em propor juntamente com mais 3 Deputados, essa CPI acho necessária, embora neste Governo nós não conseguimos aprovar a CPI.

E quando falei para a imprensa dizendo de que só assinaríamos depois de termos no mínimo 4 compromissos de que esta CPI é para valer, é só a partir de então que vamos ter o compromisso público de assinar a CPI.

Portanto, já estou sabendo que tem 4 assinaturas de Deputados respeitáveis que vão honrar essa assinatura, portanto com mais 4 votos da Oposição, nós vamos ter a oportunidade de instalar esta CPI.

Vou dar um exemplo: tivemos há poucos dias um fato lamentável aqui com referência a CPI, 19 Deputados assinaram e 9 Deputados retiraram, portanto, por mais que a Oposição assine, quando você não tiver no Mínimo 4 Deputados determinados com a CPI, compromissados com a CPI, não adianta a Oposição assinar.

Por isso, eu disse que não permitiria que a Oposição fosse usada, não. Isso jamais nós vamos permitir, agora no momento em que há um compromisso público de 4 Deputados e que temos certeza não retirarão as assinaturas, com certeza absoluta já podem contar com mais 14 assinaturas da Oposição.

Convocamos o Deputado Ricardo Chab, e os outros proponentes dessa CPI, para que se reúna aqui ao lado, logo após a sessão, para que a gente possa tratar desse assunto.

O SR. RICARDO CHAB

Para concluir, Senhor Presidente.

Vou passar o requerimento ao Líder do Governo, que pediu agora há pouco para que a Bancada Governista assinasse, vou passar em mãos aqui, porque acho que isso, na verdade, vai contribuir muito para o Paraná.

Precisamos realmente avançar, precisamos fazer com que o dinheiro público realmente mereça aquele zelo, aquele cuidado que é indispensável.

Era isso, Senhor Presidente, obrigado aos Senhores Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Pequeno Expediente, Deputado Takayama.

O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA

Senhor Presidente, Senhores Deputados Parlamentares desta Casa. Queremos trazer algumas explicações com relação a alguns fatos que vem acontecendo, informadas, partes informadas pela mídia paranaense e brasileira.

Recentemente um ex-presidiário, de nome Luiz Hipólito, ele, aproveitando-se da boa vontade de algumas famílias cristãs, ele estava em período de condicional, acabou se aproveitando dessa situação e acabou estuprando uma menina de 14 anos, Senhor Presidente.

Mais recentemente estamos ouvindo aí fatos relacionados a algumas igrejas, mais da linha do pastor Edson Praczyk, fatos que evidentemente a população procura se informar e muitas vezes algumas pessoas mas intencionadas procuram tirar proveito da situação. E se faz necessário, nós como cristãos, ocuparmos a tribuna para trazermos alguns esclarecimentos com relação a questão.

E existem coisas que a sociedade brasileira não vê, não é o que ocorre aqui nesta Casa evidentemente estamos aqui para, exatamente, explorar, aproveitar ou divulgar aquilo que os nossos pares, os nossos companheiros estão fazendo ou não estão fazendo.

Sabemos que hoje na penitenciária do Estado do Paraná existe uma superpopulação carcerária que evidentemente está trazendo à tona problemas e mais problemas que estão vindo ao nosso conhecimento da mídia.

Sabemos dos problemas da violência, do crescimento da violência, do crescimento dos traficantes e dos problemas urbanos.

Mas, existem coisas que a nossa sociedade não vê. Dentro dessa grande população carcerária nos nossos presídios, existem homens e mulheres anônimos, Senhor Presidente, que estão fazendo um trabalho fantástico, o trabalho da recuperação da reintegração do ser humano à sociedade.

Sabemos hoje, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que um presídio praticamente não recupera o indivíduo.

Sabemos que essas penitenciárias, essas casas de recuperação, na verdade, têm se tornado uma verdadeira escola para o crime, onde pessoas por não terem, vamos dizer, uma terapia ocupacional acabam aproveitando esses tempos, para formarem novas quadrilhas, criarem ou transferirem experiências de como proceder na formação de quadrilhas, roubos e no aumento da violência.

E evidente que o nosso sistema carcerário está equivocado. Sei que as nossas autoridades estão procurando alguma saída para melhorar todo esse quadro, e este é o local, é o momento, está é a Casa onde devemos avançar nessa questão com a responsabilidade que temos em melhorar o estado, em melhorar a situação do nosso país. E não podemos fechar os nossos olhos para o problema da violência como estamos vendo aqui diariamente a situação eclodindo em todos os aspectos da nossa sociedade.

Estamos, hoje, vendo o problema da FEBEM, em São Paulo, do menor infrator, estamos vendo o crescimento das quadrilhas do tráfico de drogas.

E precisamos procurar, encontrar uma saída, Senhor Presidente, e nobres Parlamentares.

Vemos aí o show da Fé, várias igrejas procurando, evidentemente, levar aos seus adeptos, seus fiéis, como recentemente vimos aí o Padre Marcelo levando quase um milhão de pessoas, seiscentas mil pessoas nas ruas da cidade de São Paulo, num mega show ajudado pelas megas estrelas, como Roberto Carlos, Chitãozinho e

Xororó, e outros artistas, evidentemente desta forma tornar-se até fácil e até é bom que leve o povo a uma volta as origens religiosas, coisa que há muito tempo nós não víamos, e vemos até com certa satisfação o interesse pela população nas questões religiosas.

Mas, talvez, isso seja até um sintoma da situação em que estamos vivendo num País onde não encontra solução para o problema da violência.

Sei que os mega shows são demonstrações de poderios da força de cada denominação, mas existe o outro lado que a nossa sociedade não vê: pessoas que estão no sub-mundo das drogas, da violência, da prostituição, da pedofilia, do tráfico de drogas.

Peço o Horário da liderança do PST.

Senhor Presidente, sabemos que hoje os Poderes dos homens como o Poder Executivo do nosso Estado, Poder Estadual, Federal e Municipal, evidentemente tem que mostrar aquilo que fazem.

As igrejas que existem hoje, as denominações evangélicas, não demonstram e não procuram mostrar, mesmo porque pelo ensinamento cristão não devemos mostrar o que fazemos, mas me sinto na obrigação de trazer aqui algumas questões que estão acontecendo e precisam de apoio das nossas autoridades.

Por exemplo, gostaria de citar o número de presidiários que são recuperados através do trabalho da evangelização. Pessoas que não tinham a menor perspectiva de serem recuperadas e que hoje, através das Igrejas, são recuperadas. Isto, muitas vezes a nossa imprensa não apresenta.

Fique feliz, num destes raros momentos de lampejo e de ajuda, quando a Rede Globo apresentou uma reportagem sobre ex-traficantes que agora convertiram-se e estão procurando ajudar outras pessoas nos morros, nas favelas, nos presídios.

Fica aqui meu apelo aos Parlamentares e à Mesa desta Casa: estou entrando com um projeto, ainda que autorizatória, para que o Governo possa ajudar exatamente estas pessoas que não tem a menor perspectiva de serem reintegradas à sociedade e, colocarmos entre a prisão e a sociedade, uma espécie de Casa de Apoio, uma espécie de Casa de Transição onde as pessoas possam receber ex-presidiários que estão tendo a primeira chance de voltar ao convívio da sociedade. Ter a sua orientação psicológica, um momento de ajuda numa parceria entre Estado e empresários.

É evidente que casos como este do Luis Hipólito são excessões. Sabemos que existem pessoas que não conseguem se recuperar. Este rapaz não estava na Igreja quando saiu do presídio e, desde os onze anos viveu em casas correcionais porque seus pais morreram de lepra. Era um menino com problemas e, evidentemente acabou trazendo dificuldades à nossa sociedade acabando por aproveitar-se da boa fé de alguns irmãos da nossa Igreja e entrou no lar assassinando e estuprando uma menina de apenas 14 anos.

Percebendo a inocência e o amor que faz com que fiéis da nossa Igreja muitas vezes, abram as portas para estas pessoas é que pediria a sensibilidade das nossas autoridades para encontremos nesta Casa de Apoio para ex-Presidiários, nesta Casa de transição, um lugar para onde eles possam ir e as pessoas que querem uma oportunidade possam ter esta oportunidade.

Gostaria de trazer mais um fato, enaltecer o trabalho do Dr. Pretextato Taborda Ribas e da Casa Civil juntamente com os Drs. Hidalgo e Carlos Maranhão.

Sinto-me feliz em saber que hoje temos uma Casa Civil onde os Assessores do Governador atendem-nos com toda a atenção, ponderação e equilíbrio. Procuram realmente acertar as situações que muitas vezes o Governador, devido o grande número de atividades, não consegue acertar.

Gostaria de registrar, desta Tribuna, o meu voto de louvor ao Dr. Pretextato Taborda Ribas e o grande trabalho que ele vem realizando. Seu empenho, sua ponderação, seu equilíbrio e acima de tudo sua atenção.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra, o quinto orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Pastor Edson Praczyk.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Senhor Presidente, Deputado Nelson Justus, nobres Pares, Deputada, Deputados, senhoras e senhores.

Ocupo esta tribuna na data de hoje para expressar a minha insatisfação, a minha indignação e o meu desapontamento com a pessoa de um homem público, um prefeito, mais precisamente o Prefeito de Pontal do Paraná que de uma forma injustificável, arbitrária, ele vem a denegrir o nosso principal motivo de legislar que é a liberdade, o direito constitucional de tomar as decisões que assim achamos ser corretas ou não.

Tenho em mãos o resumo da declaração de uma funcionária e os nobres Pares vão entender o porquê da minha indignação. Trata-se da declaração da Dona Marta da Conceição Santos que declara que até o dia 20 de outubro de 99 ela exercia o cargo de Diretora do Departamento de Assistência à Saúde da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Pontal do Paraná, a qual tem como Secretária a primeira dama, Sra. Rita de Queiroz e a mesma declarante, por ser hierarquicamente subordinada a Sra. Secretária, foi convocada pela mesma pelo fato de ter se filiado ao Partido Liberal, o qual faço parte e sou atualmente o Presidente. Que no entendimento da Senhora Secretária era uma verdadeira traição à pessoa do Senhor Prefeito, Senhor Hélio K. de Queiroz, e a mesma disse ainda que a Dona Marta deveria dirigir-se naquele mesmo dia ao Gabinete do Senhor Prefeito, onde foi recebida naquele recinto pelo Senhor João Batista dos Santos, assessor direto do Gabinete do Prefeito, o qual dizendo que estava cumprindo ordens superiores. Pediu à declarante que solicitasse a sua exoneração. Surpresa

com a colocação do assessor do Prefeito, perguntou se o Prefeito porventura estaria insatisfeito com seu trabalho profissional junto a Secretaria? E obteve, pasmem nobres Pares, a seguinte resposta - o Prefeito não tem nada, absolutamente, contra o seu trabalho junto a Secretaria de Saúde. Tem por considerar uma grande traição. Tem contra o fato de ter se filiado ao PL, o Partido Liberal. E por fim, já que certamente a senhora não vai pedir exoneração, a partir deste momento considerasse exonerada de suas funções.

Sabe-se também, tem-se também conhecimento que outros funcionários, num total de vinte funcionários, todos eles concursados, funcionários públicos municipais foram ameaçados e coagidos a tomarem a mesma decisão, se desligarem do PL, porque a pessoa do Prefeito não é do PL, e todos se filiassem ao Partido do Prefeito e caso não o fizessem, caso não se subordinassem a esta ordem viriam a ser mandados embora, seriam exonerados.

Sou relativamente novo como homem público, como Parlamentar, mas confesso estar atardecido, decepcionado e chocado acima de tudo, que num país que se diz tão democrático e numa época que se diz tão moderna, onde as pessoas têm direitos mas que vivem sendo arranhadas da parte de um homem público, conceituado até então, embora tenha caído no meu conceito, essa atitude me dá entender que voltamos à era primitiva, onde...

Solicito ao Líder do PSL, com a permissão do Líder do PSL.

O SR. EDNO GUIMARÃES

Concedido da minha parte o Horário do PSL a Vossa Excelência.

O SR. EDSON PRACZYK

Então, me sinto como regredindo no tempo onde em determinados municípios se predomina a ditadura, onde predomina a escravatura, e por causa disso venho a essa tribuna trazer a minha revolta, o meu repúdio, a minha denúncia fortalecendo o documento que foi registrado em cartório, que foi levado ao conhecimento da Meritíssima Juíza da Comarca de Matinhos, Doutora Patrícia de Almeida e a Meritíssima Promotora, Doutora Carolina Aida, que inclusive já instauraram, ou mandaram instaurar o processo de crime eleitoral contra o Prefeito de Pontal do Paraná, que por essa razão fez questão de deixar registrado nos Anais desta Casa essa atitude vergonhosa, porque esse é um caso que rogo a Deus que não esteja se repetindo em outros Municípios talvez de menor porte, com menor repercussão, mas que vem a dar motivos num âmbito geral que o povo, que a população, que as pessoas, que infelizmente na sua maioria já não levam muito crédito nos homens públicos, que venham a ter motivos, a desconfiar da atitude honrada, legítima, honesta das pessoas que são eleitas pelo voto popular.

O Sr. Algaci Tulio

Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento)

Obrigado Deputado Edson Praczyk, fico bastante cavalheiro nesta questão porque se alguns fatos já foram levantados aqui em relação ao Prefeito de Pontal do Paraná tem sido pela minha pessoa que tenho a responsabilidade nas costas de ter nessa Casa de Leis proposto a criação do Município, e até ter inicialmente apoiado o seu Hélio Queiroz a Prefeito da cidade. Mas de um determinado tempo para cá começamos a ver a forma completamente errada como ele vem administrando o município. Isso me fez afastar do Prefeito, não admitindo a maneira como vinha administrando o município. E a questão de perseguição Deputado não é de agora, a questão de perseguição já vem desde o início, e aqui estão na Tribuna desta Assembléia vários companheiros que foram os responsáveis pela criação do Município de Pontal do Paraná criando um conselho que trabalhou nesse sentido, que inclusive trabalharam na campanha do Prefeito. No entanto ele preteriu esses companheiros honestos, trabalhadores, cumpridores de suas obrigações em lugar de outros que vieram de outros locais e que hoje estão lá denigrando a imagem de Pontal do Paraná. Veja Vossa Excelência que temos no Tribunal de Contas sete processos contra o Prefeito. Ainda há questão de vinte dias atrás em visita ao Presidente do Tribunal de Contas pedimos a ele uma agilização nos processos, porque são processos que já têm as denúncias formalizadas, e me parece que até que uma auditoria deve acontecer nas próximas horas naquele Município. O Prefeito está com processo de cassação, que por força de uma liminar suspendeu temporariamente esta sua cassação. O Prefeito tem processo contra movido pela Juíza de Defesa do Patrimônio Público onde denuncia violentamente o Prefeito da cidade por obra superfaturada.

Então, é uma série de denúncias. Vossa Excelência vem ratificar tudo aquilo que se vem falando a respeito da má administração de Pontal do Paraná. Quero neste momento, me solidarizar com o seu partido, o PL que é composto por grandes companheiros que estão aqui, lutadores incansáveis que deram e tem dado extraordinária contribuição para aquele município.

Tenha certeza, Vossa Excelência que essa sua posição, hoje, aqui, vem reforçar ainda mais tudo o que tem se falado daquele município e, lamentavelmente, da pessoa do seu prefeito, não no lado pessoal, mas no lado político e administrativo daquele prefeito.

Muito obrigado.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Além de agradecer ao nobre Deputado que veio acrescentar ao nosso pronunciamento, quero enfatizar que bem colocou o Senhor, Vossa Excelência, de que a atitude do Prefeito, não de agora, vem denegrindo não apenas a imagem do município, mas de toda a classe de homens públicos.

Vale à pena salientar que não se foge à regra entre os homens públicos, que em todo e qualquer lugar, em toda e qualquer situação, existem os bons e os maus.

Está aí um exemplo claro, evidente, de uma pessoa que não está fazendo jus ao mandato que lhe foi concedido e que está denegrindo toda a classe, não só de prefeitos, mas de homens públicos de nosso País, que faz questão de apresentar-se como um País democrático.

Quero parabenizar a atitude de meretíssima Juíza e da promotora e dos companheiros do PL, que nunca foram oposição ao prefeito e ainda que fosse, não lhe daria o direito de agir de uma forma tão perniciosa, como ele agiu.

Concedo um aparte ao Deputado Edno Guimarães.

O Sr. Edno Guimarães

Caro Deputado Pastor Edson Praczyk, estamos ouvindo aqui o seu pronunciamento atentamente.

Isso nos deixa revoltados, porque existe no Paraná e no Brasil ainda um prefeito que pensa desse jeito. Aqui não é o Iraque. Esse homem é semelhante ao Saddam Hussien, que faz as coisas do seu jeito, impõe perseguições, exonerações, pelo que estou vendo, tremendas. Ele tem que saber que vivemos num País democrático e todos têm os mesmos direitos.

Eu estava ouvindo as palavras do nosso Deputado Algaci Tulio, que conhece bem o Pontal do Paraná, essa região. Ouvimos atentamente. É um município recém criado. Um município que tem um prefeito ruim perde desde o trabalhador, o menos favorecido até o grande empresário. O povo que elege o prefeito errado numa cidade, está prejudicado o município - ainda mais o Pontal que é recém criado.

Acho que o momento é oportuno, para que denunciemos todos os atos errados desse Prefeito, para poderemos junto com as demais lideranças do Paraná fazer um trabalho em Pontal e fazer com que o povo de fato saiba de todos os atos irregulares que ele cometeu e eleja um prefeito competente na próxima eleição.

Muito obrigado.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Eu que agradeço.

Para concluir, Senhor Presidente, espero e creio que a nossa voz venha a ecoar, principalmente, a todo o povo de Pontal do Paraná, que realmente não merece esse mau exemplo da pessoa do Prefeito.

E nas próximas eleições ele venha receber a devida paga e venha se cumprir o que até os textos sagrados afirmam acontecer: quem planta, com certeza, colhe.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Grande Expediente.

Com a palavra a Deputada Luciana Rafagnin.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quero em primeira mão agradecer a aprovação do requerimento que concede um espaço a representante do Fórum Paranaense e Defesa da Escola Pública Gratuita e Universal, nesse espaço do Grande Expediente, para que elas possam aqui expor um assunto, que acredito ser importante para todos nós Deputados e principalmente, porque é um assunto que está preocupando os nossos Municípios, que é a extinção do curso do Magistério.

Desde a criação do PROEM, a maioria das escolas, cessaram com o curso do Magistério. E agora existe uma grande demanda dos Municípios, existe uma grande demanda da sociedade pela volta desse curso e por isso achamos oportuno, aqui convidar então a representante do Fórum Paranaense, para que exponha a todos nós Deputados como estão hoje essa questão, que acredito que todos nós temos essa preocupação.

Por isso peço a permissão, Senhor Presidente, e concedo então o espaço a Coordenadora do Fórum a Senhora Rosimeri Trojan.

A SRA. ROSIMERI TROJAN

Boa tarde a todos. Gostaria em primeiro lugar de agradecer esse espaço concedido pelo Presidente dessa Casa, agradecer a atenção de todos os Deputados, que principalmente através da Comissão de Educação tem dispensado a maior atenção as questões educacionais do nosso Estado, nos recebido enquanto Fórum enquanto escolas da Rede Pública de Ensino.

O motivo que nos traz aqui hoje, é com a questão da formação dos nossos professores, que deverão atuar o a educação infantil, as creches de pré-escolas e com as turmas de 1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental.

Sabemos que historicamente a formação desses professores tem sido feita num curso de ensino médio, que até a Legislação anterior chamava-se Curso de Magistério de segundo grau, que com a nova LDB de 96, passa a retomar o Curso que tinha há 30 anos atrás, que é curso Normal para formação de professores de nível médio.

Este curso tem suprido os municípios paranaenses dos professores necessários, para as Redes Públicas e Privadas de Ensino.

No entanto, em 1996, com a aprovação do projeto do PROEM, Programa de Expansão e Melhoria o Ensino Médio no Paraná, que tem a intenção de formar centros de Educação Profissional, apresentou uma resolução que levou as escolas a extinguirem os seus cursos de formação profissional. e equivocadamente dentro desse mesmo Projeto, a Secretaria da Educação, incluiu o chamado "Curso de Magistério", para formação de professores, como se fosse um curso também técnico profissional. Apesar de ele habilitar profissionalmente ele é um curso que mesmo em todas as legislações anteriores e particularmente na legislação atual, ele é tratado de forma diferenciada.

Tanto a Lei de Diretrizes e Bases, como as Diretrizes nacionais aprovadas agora em abril desse ano, tratam de forma diferenciada a formação de professores.

De tal forma, que a formação de professores, só poderá ser feita de duas maneiras: ou num curso superior de licenciatura plena ou no curso normal de nível médio.

Mesmo a gente considerando que o ideal realmente é a gente perseguir essa formação de nível superior, nós entendemos que a situação atual do nosso Estado e dos outros Estados Brasileiros também, com um quadro de cerca de 30 mil professores leigos, dentre os quais muitos não tem sequer o ensino fundamental de oito séries completas. E a demanda toda de educação infantil, que somente a partir de 1988 passa a integrar o sistema de educação, antes disso era visto como mera assistência social. Onde a situação é mais grave. Sabemos que contam, na maioria, com atendentes. Só para citar um exemplo: as creches oficiais do Município de Curitiba, que é um município de grande porte, uma arrecadação boa, conta com apenas uma professora formada para atender as crianças de seis anos. As demais contam apenas com atendentes que têm o ensino fundamental.

Diante desse quadro vemos que, num futuro muito próximo possamos suprir as nossas escolas, com um ideal de professores formados num curso superior.

No entanto com esse projeto do Proem que inclui a extinção dos cursos normais, inclusive na época o Projeto foi aprovado em outubro/96 e com o apoio desta Casa e da Comissão de Educação na época presidida pelo Deputado Péricles de Mello, foi negociado com a Secretaria de Educação e admitiu-se que as escolas pudessem optar ou não pela adesão ao projeto mediante assembleia com a comunidade. Mas essa adesão foi ocorrendo gradativamente em função das verbas que vinham do Proem. E também desconhecimento do fato por muitas escolas.

Das 308 escolas que mantêm ainda o curso de formação de professores temos hoje apenas 11 escolas que funcionem com todas as turmas abertas de 1ª a 4ª séries. As demais, através de um processo de cessão de matrículas gradativo foram diminuindo as turmas. E hoje essas escolas contam apenas com a 4ª série.

A partir desse quadro, principalmente essas 11 escolas têm se mobilizado junto a Comissão de Educação, como é o caso da Escola Paulo Leminski. Gostaria de registrar que o fórum se faz acompanhar hoje por uma comissão de representantes de escolas estaduais, inclusive os Senhores Deputados deverão receber solicitações de suas bases, no sentido de apoiar essa questão. Em função das diretrizes apoiadas agora no início do ano, as escolas deverão se posicionar a respeito. Reformulando seu currículo de acordo com essas orientações que foram, inclusive, completadas pelo nosso Conselho Estadual de Educação pela deliberação 10 do mês de agosto de 1999. Portanto, desde o início do ano já estamos recebendo solicitações das escolas. Realizamos vários seminários, encontros.

Chamamos a Secretaria de Educação para participar de um encontro e as escolas que estavam presentes, 250 escolas que se fizeram representar dos diversos municípios. A Secretaria mandou uma representante para a abertura do nosso encontro e terminada a abertura, sem se pronunciar, essa pessoa pediu para se ausentar por motivo de compromisso e não se pronunciou até hoje. Resumindo o quadro.

Cerca de 150 escolas já registraram um processo junto à Secretaria de Educação ou estão em vias de registrar. Temos recebido diariamente solicitação de prefeitos, de vereadores, de escolas, no sentido de dar apoio e orientação de como proceder. Esses processos contam com abaixo-assinado da população, com levantamento da demanda de matrícula dos alunos que estão concluindo o Ensino Fundamental, com documentos de apoio das autoridades locais, prefeitos vereadores, igrejas, etc.

Porque a grande preocupação das prefeituras é que se não houver professores formados para atuar no Ensino Fundamental particularmente serão bloqueadas verbas do FUNDEF, que estão destinadas a pagamento dos professores.

E nós sabemos que nós não temos vagas em curso superior de Pedagogia e Licenciatura que atenda hoje, a demanda dos ingressos do Ensino Médio, que dirá a gente suprir todas as escolas e todos os municípios desse Estado inteiro com esses profissionais no momento.

Então a situação é grave por quê? Se a Secretaria não oferecer de imediato uma posição a respeito, as escolas fecharão os seus cursos, grande parte delas, esse ano. e o curso cessado implica em iniciar um novo processo para reabrir um novo curso, implantar um novo curso. O que demandaria mais tempo, e um processo burocrático muito mais demorado.

No momento as escolas contam com uma estrutura já montada, de professores, de espaço, de toda a infraestrutura necessária. Porque, inclusive, o nosso curso atual, é um curso que vai precisar de poucas modificações para se adequar a nossa Legislação, porque ele já era um dos cursos mais avançados do país.

Está tudo pronto, os processos estão sendo protocolados diariamente na Secretaria da Educação. Com esse processo e mais esse pequeno ajuste curricular temos a possibilidade de já no mês de novembro de reabrir as matrículas para o ano 2000.

Se isso não for feito agora, o ano que vem vai ter que ser iniciado, um novo processo para abrir um novo curso, que nós não sabemos quanto tempo vai demorar.

Então neste sentido nós estamos aqui, porque sabemos que podemos contar com apoio da maioria desta Casa, em prol da Educação do Estado do Paraná. Em prol da formação de melhor qualidade dentro da Rede Pública de Ensino. Outro fato que também seria importante registrar, nós já temos a disposição no mercado cursos de formação a distância para professores, que se desenvolve ao invés do período regular de quatro anos, em dois anos apenas e, que os interessados têm que pagar mensalmente

uma mensalidade que consta inclusive do Termo de Contrato desse curso que: “a maioria ou mais da metade dos participantes ficarem inadimplentes o curso é cessado e as pessoas perdem a qualificação, a certificação e perdem o dinheiro que investiram.

Além do mais é importante ressaltar, como é que a gente vai formar um professor a distância, por meio apenas de fitas de vídeo, como é que a gente vai colocar na mão das pessoas com esse tipo de qualificação a educação dos nossos filhos, das nossas crianças do Estado do Paraná.

Portanto, é fundamental o apoio desta Casa no sentido de que a Secretaria de Educação se posiciona, porque o tempo é extremamente curto. Tudo que era possível para as comunidades, para as escolas e para este fórum que tem mais de 300 entidades filiadas fazer no sentido de encaminhar a questão atendendo a Legislação do Conselho Nacional de Educação, do Conselho Estadual de Educação, está feito, que é levantar todo o processo, inclusive, a partir de uma Assembléia da comunidade, apresentar propostas em relação a adequação da grade curricular e do programa de ensino, basta apenas o pronunciamento oficial da Secretaria de Educação, para que se reabram as matrículas do ano que vem.

Coloco-me à disposição para qualquer esclarecimento e agradeço a atenção e o espaço que esta Casa ofereceu ao Fórum Paranaense em Defesa da Escola Pública.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Horário das Lideranças, PSDB.

Com a palavra, Deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Estamos votando 2 projetos, está em tramitação na Casa, dois projetos de suma importância, um deles, adentrou, foi protocolado a esta Casa em maio de 1998, que é o projeto 255 e que disciplina os recursos hídricos do nosso estado. E tem como relator Deputado Algaci Túlio, e que vem junto com as demais bancadas da Assembléia, junto com os assessores do Governo do Estado e da sociedade civil, empenhada nesta questão, fazendo um trabalho excelente, esmerado, dedicado, competente, o Algaci vem fazendo aí um belo trabalho com relação aos recursos hídricos.

E, um outro projeto que deve deter a atenção, e sobretudo o estudo dos demais companheiros e companheiras desta Casa, é o projeto que trata dos royalties, Projeto de Lei 552, oriundo da Mensagem do Governo, Sr. Governador 21/99.

Antes da falar dos royalties é necessário afirmar que o Governo está buscando fazer o saneamento das suas contas especialmente na questão da compatibilização da Lei Complementar nº 96, que disciplina, como complementar já é, a Lei Rita Camata.

Os royalties previstos no artigo 142, da Constituição do Estado e regulamentado e também previsto no Artigo 21, Inciso 19, da Carta Federal e regulamentada através da Lei 7790 de 28 de fevereiro de 89, em que no seu preâmbulo traz o seguinte:

“Institui para os Estados, Distrito Federal, e Municípios, compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de recursos minerais em seus respectivos territórios, plataformas continentais, mar territorial ou zona econômica exclusiva, e dá outras providências”.

E aqui o caso nosso do Paraná, inclui, insere-se justamente na geração de energia elétrica, e no seu artigo 1º trata do aperfeiçoamento de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e dos recursos minerais por quaisquer dos regimes previstos em lei, em se gerar compensação financeira aos Estados, Distrito Federal e Municípios, a ser calculada, distribuída e aplicada na forma estabelecida nesta lei.

E no artigo 2º, a compensação pela utilização de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, será de 6% sobre o valor de energia produzida a ser paga pelos concessionários de serviço de energia elétrica aos estados, ao Distrito Federal e aos demais municípios cujos territórios se localizarem instalações destinadas a produção de energia elétrica ou que tenham áreas invadidas por águas dos respectivos reservatórios.

E posteriormente, em 1990, através da Lei Complementar número 60, do dia 09 de janeiro de 1991. Lei de origem do saudoso Deputado Homero Guido, estabeleceu que os recursos provenientes e gerados pelos royalties, eles seriam contabilizados a conta do FDE (Fundo de Desenvolvimento Econômico do Paraná). Essa mesma Constituição impedia que se fizesse o pagamento de despesas com pessoal com os recursos provenientes dos royalties.

Recentemente, através da Medida Provisória 1.913/8, editada em 28 de outubro de 1999, no seu artigo 8º diz o seguinte: “Não se aplica a vedação constante do caput no pagamento de dívidas para com a União e suas entidades. Isso especificamente para atender as necessidades do Rio de Janeiro.

E no § 2º, no mesmo artigo 8º, modificando a Lei 7.790, tem o seguinte: os recursos ordinários das compensações financeiras a que se refere esse artigo, poderão ser utilizadas também para a capitalização de fundo de previdência. É para beneficiar e para atender as necessidades do Governo do Paraná.

Ora, quando nós observamos que falta recursos, especialmente ao estado ou a qualquer entidade para fazer um pagamento do seu pessoal inativo e ativo, você procura, busca fazer a compensação desta carência na redução das despesas, na otimização dos recursos públicos, porque, aliás, já deveriam sempre ser otimizados, Deputado Waldyr Pugliesi, na sua aplicação.

Fazemos o elencamento da priorização das despesas e dos investimentos públicos. É a primeira atitude que um Governo preocupado, não só com o seu momento, mas sobretudo, com os desdobramentos da suas ações dos governos subsequentes. Entretanto, no Paraná achamos uma saída fácil, porque o CRAF há mais de um ano está instalado e até hoje não se tem um balanço dos resultados positivos produzidos por esta coordenadoria.

Mas, no Paraná entendemos, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, nós deveríamos avançar sobre a arrecadação de 23 anos dos royalties, especialmente da Bi-Nacional Itaipu.

Ora, é uma solução fácil, não é solução nem de governo, mas é uma solução oportunista e se não fosse só na questão da oportunidade, nós encontramos e temos e já foi levantado aqui, diga-se de passagem, para fazer justiça, pelo Deputado Hermes Fonseca, a questão da constitucionalidade dos empréstimos. O que teremos? O Governo do Estado do Paraná, através de seus assessores negociou adição nessa emenda que já está na sua 8ª edição 19/13, a inclusão no parágrafo 2º.

Mas, sem esquecer que a Constituição foi Emendada. A Emenda 19 da atual constituição é taxativa e recente.

O artigo 167 da Constituição Federal diz, entre outras coisas, sobre vedações: A emenda 19 diz o seguinte, no seu item 10: “são vedados a transferência voluntária de recursos e a concessão de empréstimos inclusive por antecipação de receitas pelos Governos federal, estaduais e suas instituições financeiras, para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionistas dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios”.

O que busca o Governo? O Governo entende ser caucionamento de títulos públicos? Ora, temos um Projeto que ele não define bem, ele diz que securitização, caucionamento, cessão e alienação. Se estivermos alienando os Títulos Públicos, estamos fazendo em empréstimo, e, se for vinculado à constituição deste fundo é taxativamente proibido e impedido pela constituição no seu artigo 167, artigo 10.

Então, não vemos com que figura o Governo do Estado vai receber estes recursos. Além do que os royalties do ano de 1997 totalizaram 93 milhões e 25 mil reais. No ano de 1998, portanto o exercício passado, atingiu 103 milhões e alguma coisa. Para o próximo ano, em função da correção da tarifa pública, teremos uma previsão de 115 milhões de arrecadação a título de royalties.

Estes 115 milhões que deverão ser a base de cálculo para os próximos 23 anos, teremos um cálculo de dois bilhões seiscentos e quarenta e cinco milhões, que é avanço que o Estado do Paraná na atual administração faz sobre as administrações futuras.

E como o Governo está reivindicando receber estes recursos? Buscando reduzir 23 anos para 8

anos. O Governo federal está com uma proposta de 15 anos. Hoje recebe 103 e no próximo ano 115. Se fizermos uma redução estaremos recebendo para os próximos 3 anos do Governo Jaime Lerner, 176 milhões, dentro da forma solicitada. E, se fizermos em 8 anos, estará entrando nos cofres do Estado, 529 milhões. E, se fizermos em oito, terá uma receita adicional, por ano, de 330 milhões, seiscentos e vinte e cinco mil reais. Portanto, multiplicadas pelos três próximos anos, teremos uma receita de 991 milhões de reais, portanto, um bilhão de reais.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Esta Casa, ao aspecto da legalidade pontuada no artigo 167, precisa, com muita observância, analisar com profundidade quais são as implicações que este empréstimo dos royalties que na próxima 3ª feira vai estar em votação na Comissão de Constituição e Justiça, com certeza teremos dificuldades para, no futuro, entender isto como um investimento.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no horário das Lideranças, PST. Com a palavra, Deputado Divanir Braz Palma.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Sr. Presidente, Mesa Diretiva, nobres Pares, é com prazer que vimos a esta tribuna para em primeiro lugar transmitir um convite à bancada ruralista, convite este que recebemos da sociedade rural do Paraná com relação a um encontro que vai acontecer na próxima sexta-feira, dia 12 de novembro, as oito horas, no recinto Garcia Molina, Parque Governador Ney Braga, em Londrina. Vai ser um programa rápido. Começa as oito e termina as doze horas e vai versar sobre os problemas das invasões nas propriedades produtivas do Estado do Paraná. Este convite está sendo assinado pelo Presidente, Francisco Luiz, Presidente da Sociedade Rural do Paraná.

Fazemos um apelo aqui a todos os Deputados ligados a bancada ruralista, aos interesses ruralistas que compareçam a este encontro porque serão debatidos os problemas que envolvem as invasões de terras no Estado do Paraná.

Mas também, Sr. Presidente, nós gostaríamos só de reforçar, já fizemos a entrega de um relatório de viagem, relatório de uma viagem técnica que nós fizemos aos Estados Unidos mês passado, a convite da Federação da Agricultura do Estado do Paraná.

Aproveitamos esta oportunidade para, em especial, tomarmos conhecimento das questões da soja transgênica. Conversamos com técnicos, com professores de Universidades, plantadores de soja e apresentamos a nossa sugestão neste relatório. Os Estados Unidos, todos sabem, o maior produtor de soja e milho do universo, hoje tem como base de plantio 50% da soja transgênica e já há muito tempo vem fazendo experiência desta modalidade de plantio e de semente, a soja transgênica ou modificada. O americano, de um modo geral, está preocupado

com o mercado comprador, mercado asiático, mercado europeu que estão ambos deixando de comprar este produto, mas por outro lado estão animados devido a economia no plantio em torno de 20 a 25%, além do que facilita o plantio, facilita cultivo, não impacta a terra, enfim, é uma forma moderna de se produzir e se desconhece qualquer mal que possa vir a fazer à saúde humana.

Senhor Presidente, baseado nisto entramos hoje com um projeto de lei nesta Casa - apesar de já existirem dois projetos, nosso objetivo é apenas enriquecer estes estudos que a Assembléia Legislativa está fazendo. Ontem, sob a presidência do Deputado Edgar Bueno, tivemos uma reunião da Comissão de Agricultura e recebemos nesta Comissão vários técnicos da Secretaria de Agricultura, que vieram trazer importantes informações a respeito da soja transgênica. E este projeto que entramos hoje, Senhor Presidente, nobres Pares, versa sobre a liberação do plantio da soja para efeito de pesquisa. Acreditamos que uma liberação total agora seria no mínimo apressada, uma vez que a matéria está na esfera federal. O Governo Federal está para se posicionar a respeito se libera ou não, apesar de que alguns Estados como o Rio Grande do Sul já está plantando a soja transgênica, semente advinda da Argentina onde o plantio chega a 70%.

O Brasil e nós, Deputados que moramos e legislamos num Estado que produz 25% de toda a soja brasileira, não podemos ficar atrás do avanço tecnológico.

Por uma questão de precaução, achamos que devemos liberar para efeito de pesquisa e posteriormente aguardar os acontecimentos e vermos como vai se processar o mercado comprador, uma vez que, em termos de economia já está confirmado que o plantio da soja transgênica é econômico, traz qualidade e é uma soja que na realidade está seguindo o curso da história, que é vencer os tabus, avançar na modernidade, e na genética.

Então, apresentamos esse relatório, achamos que estamos fazendo a nossa parte, a nossa obrigação, e esperamos que os nobres Deputados tragam mais subsídios, porque acredito que agora estamos iniciando o plantio da soja em todo o Paraná, não teremos condições de interferir; mas para o próximo ano, o Paraná que com 6% da sua área agricultável, de todo o território nacional, produz 1/4 da produção, na realidade passa a ser praticamente, depois dos Estados Unidos, o que mais produz soja no mundo. E é importante que tenhamos essa referência para vermos quanto é importante nos debruçarmos diante deste problema da soja transgênica, para que não venhamos amanhã, ser acusados de que, por deixarmos de dar atenção devida, o nosso Estado ou o nosso País, ficou atrás na corrida do progresso.

Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Liderança do Governo.

(Declina)

Liderança das Oposições.

Com a palavra o Deputado Edgar Bueno.

O SR. EDGAR BUENO

Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Tem uma matéria na "Folha do Paraná", e que na verdade é o antigo jornal "Folha de Londrina", importante para trazer para os Senhores Deputados, porque o Governo tem gastado dinheiro em propaganda para dizer que o Paraná cresceu na industrialização, e cresceu também no nível de emprego. E esta matéria é importante, porque ela traz a incoerência deste Governo neste momento de dificuldade que o País - e que o Paraná também - vive. E o título da matéria é o seguinte: "Paraná tem regiões mais pobres do Brasil". Vejam bem, pesquisas sobre o desenvolvimento econômico e social põe cidades do Paraná no nível de pobreza do sertão nordestino.

Então, vejam os Senhores Deputados, que temos 54 cidades que hoje têm nível de pobreza muito além do que aquele lamentável nível de pobreza do sertão nordestino. Uma pesquisa do Ministério da Integração Nacional sobre o desenvolvimento social e econômico põe quatro regiões do Paraná no mesmo nível de pobreza que cidades do sertão nordestino, baseado nos indicadores de educação, transporte, desenvolvimento econômico e meio ambiente.

Meio ambiente, Senhores Deputados, meio ambiente! Assistimos a toda hora e a todo o momento, o Governo do Paraná dizer que o Paraná é um dos Estados mais desenvolvidos na proteção do meio ambiente. E quando lemos uma manchete lamentável como essa, mostra que há uma propaganda enganosa com a população do Paraná e também de outros Estados.

Esta incoerência precisa ser mostrada, Senhores Deputados, porque não é mais possível suportar a cada momento nas rádios e televisões, a propaganda do Governo e propaganda dizendo que aumentou o nível de emprego. Está aqui: pesquisa realizada por órgãos sérios do Governo Federal mostrando a incoerência do Paraná.

E, falando em incoerência, Senhores Deputados, vamos ter, combinado já com o Líder do Governo, Valdir Rossoni, na próxima terça-feira, uma reunião muito importante, para esclarecer as interrogações que existem na negociação dos "royalties". É importante que se alerte aqui aos Senhores Deputados, a incoerência e o prejuízo que traz para o Paraná esta negociação.

O Governo do Estado propõe receber, de um valor de 2 bilhões e 369 milhões, apenas um milhão e meio de reais, em títulos públicos federais, para que estes títulos federais, ao tentar capitalizar a previdência, coloque estes títulos no mercado, para vender os mesmos títulos, que não acreditamos que seja vendido por mais de 50% do valor de face desses mesmos títulos.

Senhores Deputados, há uma incoerência muito grande, quando se compromete receitas futuras, comprometendo não só novas gerações, mas também gover-

nantes futuros. Imaginem os senhores: de 2.369 é possível que a PARANAPREVIDÊNCIA seja capitalizada por apenas 750 milhões. Alguns dizem que não passa de 560, mas vamos ser mais otimistas: vamos imaginar que a PARANAPREVIDÊNCIA possa colocar esses títulos no mercado - e Deus queira - que consigam arrecadar então 750 milhões.

Faço, Senhor Presidente, este alerta.

O Sr. Ângelo Vanhoni

Permite-me um aparte?

(Assentimento)

Para contribuir com a sua explanação, Deputado Edgar Bueno, tenho informações de que, em primeiro lugar, os "royalties" que são destinados ao Estado do Paraná, em função do alagamento das terras férteis da Usina e do Lago de Itaipu - já perdemos muito - os recursos que são destinados ao FDE, que é o principal laço, seriam exatamente perto de 100 milhões de reais/ano, para que o Estado do Paraná pudesse promover o desenvolvimento econômico das regiões. Isto é dinheiro, é crédito, que o Governo do Estado, através de uma ação possa fazer junto à economia do Estado, para promover o desenvolvimento da agroindústria, industrial, de regiões e reflorestamento, enfim, nas regiões do Estado do Paraná de uma forma mais harmônica.

O Estado perde uma verba, um recurso, destinado a juros baixíssimos, quando não a fundo perdido, destinados a fomentar a geração de emprego e renda, para o Estado do Paraná, aumentando a nossa capacidade de receita e de produção de riqueza. O Governo do Estado vai pegar esse montante, na ordem de um bilhão e meio e não vai mais destinar estes recursos para o fomento. Estes recursos serão destinados para o pagamento de folha.

O SR. EDGAR BUENO

Só quero corrigir, Deputado: um bilhão e meio é o valor de face. No valor de mercado não passa de 50%.

O Sr. Ângelo Vanhoni

Já é uma troca, que do ponto de vista do planejamento estratégico, daquilo que é importante para o Estado, para as gerações futuras, já é uma troca meio irracional você retirar recursos que são destinados, para a produção e geração de riqueza, agora, para o pagamento dos aposentados, dos pensionistas. Mas sabemos que o Governo está numa situação de inadimplência absoluta.

O Líder do Governo se esforça em querer arranjar uma justificativa plausível, para essa situação de descalabro que chegou as finanças do Estado do Paraná. Tenho visto o Governador Jaime Lerner e o Senhor Secretário Giovani Gionédís dizendo que até o ano passado e neste ano, que o Fundo de Previdência é a solução para as finanças dos Estados e da Nação. O Fundo de Previdência é a solução para a inadimplência que o Governo do Estado do Paraná enfrenta. Não é uma solução estrutural e sabemos disso, porque o que o Governador Jaime Lerner

quer, ao constituir o Fundo e para isso, vejam bem, ele está tirando dinheiro da geração de empregos e mandando para a alavancagem do Fundo. Na realidade o Governador Jaime Lerner está tentando liberar a Folha de Pagamento que mal consegue pagar todos os meses, tanto é que temos visto sistematicamente durante este ano, o Governo teve que lançar mão de antecipação de receita de ICMS da COPEL, de empresas particulares do Estado, para fazer o seu cumprimento de pagar os salários dos funcionários públicos do Estado do Paraná, o que o Governo tem feito com isso. Na realidade o Governador não quer ficar com a sua imagem desgastada perante a opinião pública do Estado do Paraná a nível nacional, tendo que fazer uma operação de aro, porque era o que deveria estar sendo feito, para poder cobrir os rombos da folha de pagamento.

Tem um outro dado, mas aí se pergunta - Deputado Vanhoni, se infelizmente por erros ou por acertos, a situação do Estado chegou a esse descalabro. O Estado do Paraná deve 12 bilhões de reais hoje, tem uma receita na ordem de três bilhões e oitocentos milhões de arrecadação dos tributos Estaduais, tem uma folha de pagamento na ordem de três bilhões e quatrocentos milhões de reais, segundo dados do orçamento, paga com inativos perto de 96 milhões de reais todo mês. Quer dizer, tem uma situação de inadimplência, está comprometido em 19% da sua capacidade de pegar empréstimos, enquanto que a Lei Camata e a Legislação Federal, diz que só pode comprometer até 13%. Então o Paraná não tem condições de pegar empréstimos nem a nível nacional, nem a nível internacional, porque está tudo comprometido. Mas daí o Deputado Valdir Rossoni perguntaria - Mas Deputado Ângelo Vanhoni, o senhor é um apóstolo da destruição, do apocalipse, o senhor simplesmente faz a crítica e não tem nenhuma solução. Diria para o Deputado Valdir Rossoni e diria para o Governador Jaime Lerner e para o Secretário Giovani Gionédís, se houvesse um pouquinho mais de competência, se houvesse um pouquinho mais de criatividade na administração pública, o Estado do Paraná não teria passado pelo que passou. Mas mesmo passado pelo que passou, gostaria de fazer apenas um alerta, o nosso Estado em relação ao PIB é o que menos arrecada do Brasil.

Então, não sei se os empresários paranaenses são mal pagadores, ou se a Administração Pública, a Secretaria das Finanças, a nossa Receita Estadual está completamente desacreditada. Porque o que se arrecada em relação ao PIB no Brasil, a média é de 7% do PIB e arrecadamos 5% do PIB no Estado do Paraná.

Então, 2% o senhor vai perguntar é muito ou é pouco 2%, 2% é quase um bilhão e oitocentos milhões de reais que o Estado do Paraná deixa de arrecadar em relação a média do que acontece nos outros Estados da União.

Então, me pergunto será que o Governador, o Governo do Estado do Paraná não teria um pouquinho de criatividade de fazer com que a Receita do Estado

pudesse ser mais eficiente e pudesse fazer com que o nosso Estado tivesse uma arrecadação melhor em função dos números que apresenta comparativamente aos outros Estados da União. Acho que há muita irresponsabilidade e má gestão em relação as finanças do nosso Estado. Por isso que nos encontramos nessa situação que nos encontramos hoje.

Muito obrigado!

O Sr. Valdir Rossoni

Só queria convidar o Deputado Ângelo Vanhoni, para terça-feira às 09:00 da manhã, para que o Deputado Ângelo Vanhoni, comparecesse a Liderança do Governo onde teremos os técnicos e provavelmente o Secretário, para que ele pudesse contribuir com a sua competência e com a sua sabedoria para que pudéssemos debater esse projeto e aperfeiçoar esse projeto, volto a repetir hoje, estamos abertos a outras sugestões, se o Deputado Ângelo Vanhoni tiver outra sugestão, para resolvermos e Vossa Excelência como Líder da Oposição também tiver uma outra sugestão, para que possamos capitalizar o Fundo Previdenciário, que é o grande problema do Estado hoje, se tiver outra sugestão, certamente acataremos e não teríamos de tomar essa atitude.

Muito obrigado!

O SR. EDGAR BUENO

Gostaria de dizer e concordar com o Deputado Ângelo Vanhoni que as contas públicas do Paraná estão desorganizadas. E esse desespero financeiro que vive hoje o Governo do Paraná faz com que ele seja incoerente na hora de negociação. Porque não é possível que essa negociação possa convencer alguém e que traga algum benefício ao Estado do Paraná, ou seja, para os vinte e três anos que temos direito em receber esses royalties de Itaipu.

O prejuízo é grande. O Governo sabe disso e as Lideranças que apoiam o Governador também sabem. Mas esse desespero está fazendo com que o governador ceda mais uma vez. Abre os francos para que o Estado do Paraná e os futuros Governantes sejam explorados nessa péssima negociação que está sendo proposta hoje pelo Governo do Estado do Paraná com relação aos royalties.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência, com base no Artigo 192 do Regimento Interno, abre prazo de três dias a contar da data de amanhã de 11 de novembro para o oferecimento de emenda à proposta de emendas que altera a Constituição do Estado de autoria da Comissão Especial da revisão constitucional.

Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Caíto Quintana.

**O SR. DEPUTADO CAÍTO QUINTANA
(Para Encaminhar)**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Faço encaminhamento, até para que nós do Plenário desta Casa, possamos ter pleno conhecimento do que se propõem, através da emenda constitucional que está sendo apresentada, e que continuará sendo revisão constitucional.

Quando distribui um avulso deste emendão, vamos chamar assim, da nossa Constituição e o Presidente da Mesa manda imprimir e cumprindo o Regimento Constitucional, está dando três dias para a emenda. Quero dizer que está cumprindo o Regimento Interno.

Gostaria de chamar a atenção do seguinte aspecto para que possamos ter tranquilidade, não acelerar. Isto aqui é uma emenda a nossa Constituição do que de outra coisa.

Essa emenda na sua impressão tem a chancela dos Deputados Algaci Tulio, Antonio Baratter, Cesar Seleme, Elio Rusch e Orlando Pessuti. Um representante de cada partido que está colocando dentro desse emendão as mudanças já ocorridas na Constituição Federal. Como sabemos a Constituição Federal já votou 21 emendas. Algumas delas substancial, como por exemplo a emenda da previdência, formas de ingresso e forma de demissão no serviço público alterou a questão de prazo para o dia da eleição, no segundo turno, permitindo reeleição, tudo isso está incluído aqui dentro.

Na verdade não são assuntos polêmicos, são assuntos de adaptação da nossa Constituição.

Temos aqui dois, três artigos, que são não de emendas já aprovadas na Federal, mas assuntos que não geram grandes polêmicas.

Bom votado esta emenda, paralelamente Deputado Cesar Silvestri nós continuamos com o processo de Revisão Constitucional.

Tanto que boa parte das emendas que serão apresentadas pelos Senhores Deputados será exatamente deslocado para a Revisão constitucional, não entra, aqui. De modo que nós não precisamos ter essa pressa enorme de entender que nós vamos ter que fazer as emendas todas da Constituição do Paraná, aquilo que nós queremos fazer como Emenda da constituição do Paraná. Porque ela na verdade está apenas adaptando aquilo que já votou na Federal. Grande discussão, a grande polêmica a respeito das mudanças da nossa Constituição, naquilo que nós temos matéria concorrente será feito pela Revisão Constitucional e não por essa aqui.

Portanto, a Revisão está aberta a qualquer momento dentro dos três dias, fora dos três dias, na semana que vem durante o mês de dezembro, nós estamos abertos para receber emendas os Senhores Parlamentares que será apreciado na Revisão.

Chamo a atenção e mais uma coisa, o quórum desta emenda aqui é de 3/5 para uma emenda Constitucional precisa de 3/5 de votos, sim. Portanto, tem que ter 33 Senhores Deputados em Plenário, votando, sim, no mínimo para ser aprovado este emendão.

A revisão constitucional é maioria simples, 28 votos, são suficientes na Revisão Constitucional. Portanto, a própria mudança que o Deputado vai propor o quórum da Revisão constitucional. É preferível, por exemplo, que nós venhamos a discutir na Revisão constitucional as emendas que eventualmente queiram propor os Senhores Deputados.

Quero dar um exemplo de um assunto bem polêmico para podermos entender. Discute-se no Paraná e muitos dos Senhores já devem ter ouvido, pela imprensa, alguns até procurados por magistrados.

O Paraná tem o Tribunal de Alçada, que é um Tribunal de Recurso, tem o Tribunal de Justiça que é um outro Tribunal de Recurso, esses dois tribunais caminham no paralelo, uma não é estância recursal para o outro, no Paraná.

Os dois deles são sentença final no nosso Estado.

E o recurso praticado sobre os dois vai se encontrar lá em Brasília, no Tribunal Superior.

Discute-se muito hoje, da unificação dos tribunais. Porque não juntar o Tribunal de Alçada, com o Tribunal de Justiça?

Fazendo assim um Tribunal mais bem organizado, com mais Desembargadores, para poder dar mais serenidade à Justiça.

Existem correntes que defendem isso, existem correntes que são contrárias a isso. Mas é um assunto pertinente que pode ser resolvido pela Constituição do Paraná. Está colocado aqui neste emendão? Não está colocado. Este é um assunto que nós vamos discutir na Revisão Constitucional, que ela está em pleno prazo, em plena vigência, agora, porque a gente vai valorizar a própria Assembléia, convocando aqui a Ordem dos Advogados, o Ministério Público, Integrantes do Tribunal de Alçada, do Tribunal de Justiça, para discutir isso com profundidade, para votar depois na Revisão Constitucional.

Portanto, vim a esta tribuna, Senhores Deputados apenas para dizer que não haja a grande preocupação com o prazo de Emenda, relativo a esta Emenda Constitucional - aquelas emendas que eventualmente queiram ser processadas pelos Senhores Deputados podem ser apresentadas que elas serão incutidas na Revisão. Por que isso?

(Lê a Constituição)

O Ato das Disposições Constitucionais, da Constituição Federal, diz no seu Artigo III - "A Revisão Constitucional será realizada após 5 anos, contados da promulgação dessa Constituição pelo voto da maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional em sessão única cameral".

A Constituição Federal não fez uma revisão profunda mas fez seis emendas de revisão. Portanto utilizou o Artigo III.

A nossa Constituição ela diz no artigo 2º Das Disposições Transitórias, que: "A revisão constitucional no Estado do Paraná será realizada pelo voto da maioria absoluta dos membros da Assembléia Legislativa, logo

após a revisão da Constituinte Federal, prevista no artigo 3º, do Ato das Disposições Transitórias."

Analisado isto com constitucionalistas, com membros do Congresso Nacional, como temos o termo: "logo após o federal", portanto ele não fixa o prazo, estamos logo após esta federal, e vamos proceder a revisão da nossa Constituição, portanto, como voto de revisão, e ela está instituída no Paraná, está determinada, vamos continuar fazendo, e vamos votar agora só esta emenda da nossa Constituição, para que ela possa tornar a nossa atual Constituição atualizada. Vejam bem, na nossa Constituição estadual - que está nas mãos de todo mundo, de advogados, de tribunais, de estudantes, de colégios - consta a proibição de reeleição, porque na época que ela foi feita, era proibida a reeleição. Então, temos que mudar este dispositivo.

Consta lá que o ingresso no serviço público tem um estágio probatório de dois anos. Pela nova Constituição, tem de três anos, inclui-se mais aquela comissão que vai auferir no tempo desse estágio que o aprovado fica, aferiu-se ao desempenho para que ele seja efetivado ou não, isto não tem na nossa Constituição.

Temos que colocar nela, é para isto que este emendão está se propondo, para colocar as 22 (e uma) emendas que já estão aprovadas na Federal, e conseqüentemente vai ter que aprovar na nossa. Isso por hierarquia de lei está em vigência, e a revisão constitucional continua acontecendo. Espero que tenha sido claro. Só para concluir, Senhor Presidente, estou sendo repetitivo para tentar ser didático nisso.

Nós, qualquer emenda mais de três dias, poderá ser encaminhada sim para o lugar aonde deve ser encaminhada, que é para a revisão constitucional, que continuaremos discutindo e votando.

Agora, nesse turno, vamos votar só esta Emenda, que na verdade é uma Emenda quase que exclusivamente de adaptação da nossa Constituição - normas que já foram votadas na Constituição federal, por isso que o Presidente da Mesa está adotando esse rito para que possamos terminar ainda este ano, atualizando a nossa Constituição e mandarmos ela para impressão para poder tornar atualizada. E Emendas que forem encaminhadas serão encaminhadas para revisão que discutiremos com muito mais serenidade.

Daria um exemplo: hoje o Secretário de Segurança Pública está a comentar a ação conjunta das duas polícias civil e militar. Se formos ver na nossa Constituição há um parágrafo, um dispositivo, um capítulo que trata sobre Polícia Civil, e há um outro que trata sobre Polícia Militar. Se esta for a vontade do Paraná de unificação de polícia, na revisão constitucional vamos ter que alterar este processo para podermos colocar uma nova polícia na área de segurança pública sem que ela seja nem civil, nem militar e sim uma polícia única. Mas isso também será assunto para discutir na revisão e não nesta Emenda que está sendo votada agora.

Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, na qualidade de Líder do PFL, constante do expediente, indicando os nomes dos Senhores Deputados para compor a Comissão de Defesa do Consumidor, nos cargos de titular e suplente. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projetos de lei, em nº de 03 (três), de autoria do Senhor Deputado Luiz Accorsi, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Miltinho Puppio, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Péricles Mello, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei, em nº de 03 (três), de autoria do Senhor Deputado Cleiton Kielse, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei, em nº de 02 (dois) de autoria do Senhor Deputado Divanir Braz Palma, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Algaci Tulio, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação das matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 326/99, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 11/99. Fica o Poder Executivo autorizado a ceder ao Município de Marialva, imóvel de propriedade do Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 524/99, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Reabilitação, Habilitação e Promoção Social do Portador de Paralisia Cerebral associada

ou não à Deficiência Visual ou Auditiva, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 537/99, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, que declara de Utilidade Pública o Centro Presbiteriano de Proteção à Infância e à Maternidade de Ponta Grossa. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado o Projeto, artigo por artigo. Emenda aprovada.**

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 222/99, de autoria do Deputado Nelson Justus, que concede título de Cidadão Honorário ao Doutor Constantino Roberto Constantini Frack. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 37, de 04.05.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 222/99

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do Deputado Nelson Justus, tem por finalidade conceder Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Doutor Roberto Constantini Frack.

Chamada esta Relatoria a se pronunciar sobre a legalidade, constitucionalidade e técnica legislativa, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis, sendo pois, nosso parecer favorável a este projeto de lei.

Sala das Comissões, em 17.08.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
HERMES FONSECA - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 229/99, de autoria do Deputado Carlos Simões, que autoriza o Poder Executivo a criar uma CIRETRAN no Município de Almirante Tamandaré. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. E C.S.P.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 40, de 10.05.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 229/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Carlos Simões, tem por objetivo criar a Circunscrição Regional de Trânsito (CIRETRAN), no Município de Almirante Tamandaré, e dá outras providências.

Por se tratar de projeto de lei de cunho autorizatório, dependendo de parecer do Poder Executivo para sua viabilização, no que tange competência exclusiva do Governador, não encontramos óbices legais e constitucio-

nais com relação a propositura, podendo tramitar nesta Casa de Leis.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 15.06.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

WALDYR PUGLIESI - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 229/99

P A R E C E R :

Relatório

De autoria do Senhor Deputado Carlos Simões, o presente projeto de lei tem como objetivo autorizar o Poder Executivo a criar uma CIRETRAN no Município de Almirante Tamandaré.

Fundamentação

Sobre a matéria já existe o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de Segurança Pública entende que a criação de uma CIRETRAN facilitará a prestação de serviços não só em Almirante Tamandaré como também ao Município de Campo Magro.

Conclusão

Diante do exposto, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.08.99.

(aa) RICARDO CHAB - Presidente

SERAFINA CARRILHO - Relatora

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 387/99, de autoria do Deputado Nelson Justus, que autoriza o Poder Executivo, através da Secretaria de Estado de Segurança Pública, a destinar sala própria, nas Penitenciárias, Delegacias de Polícia ou Nosocômio, para os advogados comunicarem-se com seus clientes. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. E C.S.P.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 85, de 02.08.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 387/99

P A R E C E R :

Relatório

O presente Projeto de Lei nº 387/99, de autoria do Deputado Nelson Justus visa autorizar o Poder Executivo através da Secretaria de Estado de Segurança Pública, a destinar sala própria nas Penitenciárias, Delegacias de Polícia ou Nosocômio, para os Advogados comunicarem-se com seus clientes.

Fundamentação

O art. 5º, incisos X e XIV da Constituição Federal garante os direitos individuais da intimidade das pessoas e do sigilo profissional.

Outrossim a Lei nº 8.906/94 (Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil), assegura aos advogados o direito de comunicar-se com seus clientes em sala especial, em todas as delegacias de polícia e presídios do Estado, sendo que essa inviolabilidade garante a segurança do advogado e principalmente do cidadão.

Conclusão

Assim sendo, esta Comissão de Constituição e Justiça através do seu relator, não encontra óbice legal ou constitucional que possa impedir a normal tramitação deste Projeto por esta colenda Casa de Leis.

Pelo acima exposto, é o nosso parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 17.08.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

NEREU MOURA - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 387/99

P A R E C E R :

Relatório

De autoria do Senhor Deputado Nelson Justus, o presente Projeto de Lei tem como objetivo autorizar o Poder Executivo, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, a destinar sala própria, nas Penitenciárias, Delegacias de Polícia ou Nosocômio, para os advogados comunicarem-se com seus clientes.

Fundamentação

Sobre a matéria já existe o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar esta Comissão de Segurança Pública, de acordo com o art. 33, § 9 do Regimento Interno, podemos constatar que a matéria está amplamente justificada pelo seu autor, desta forma não encontramos nada que possa impedir sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa.

Conclusão

Diante do exposto, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.09.99.

(aa) RICARDO CHAB - Presidente

MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 465/99, de autoria do Deputado Antonio Annibelli, que autoriza o Poder Executivo a criar na estrutura da Secretaria de Segurança Pública, uma Delegacia da Mulher no Município de União da Vitória. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. E C.S.P.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 114, de 13.09.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 465/99

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do ilustre Deputado Antonio Annibelli, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a criar a Delegacia da Mulher no Município de União da Vitória.

Procedida a análise legal da matéria, verificamos que nada obsta à sua tramitação nesta Casa, e somos, portanto, de parecer favorável ao projeto de lei.

Sala das Comissões, em 28.09.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ALGACI TULIO - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 465/99

P A R E C E R :

Relatório

De autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, o presente projeto de lei tem como objetivo autorizar o Poder Executivo a criar, na estrutura da Secretaria de Segurança Pública, uma Delegacia da Mulher no Município de União da Vitória.

Fundamentação

Sobre a matéria já existe o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar esta Comissão de Segurança Pública, entende que a medida proposta visa oferecer mais segurança a população feminina nos casos de agressões e delitos outros contra as mulheres, vítimas de maus tratos inclusive dos próprios cônjuges.

Conclusão

Diante do exposto, somos de parecer favorável.
É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.10.99.

(aa) RICARDO CHAB - Presidente
EDSON STRAPASSON - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 487/99, de autoria do Deputado Algaci Tulio, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Agricultores do Trevo Marabá e Região, com sede e foro no Município de Tibagi. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 121, de 21.09.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 487/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Algaci Tulio, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Agricultores do Trevo Marabá e Região, com sede e foro no Município de Tibagi.

Chamada esta Comissão a se manifestar, vez que nos foi encaminhada a complementação solicitada ao autor, somos de parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.11.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 493/99, de autoria do Deputado Ademir Bier, que declara de Utilidade Pública o Albergue Noturno Luisa de Marillac, com sede e foro no Município de São Mateus do Sul. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 126, de 27.09.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 493/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Ademir Bier, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Albergue Noturno Luisa de Marillac, com sede e foro no Município de São Mateus do Sul.

Chamada esta Comissão a se manifestar, vez que nos foi encaminhada a complementação solicitada ao autor, somos de parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.11.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ALGACI TULIO - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 495/99, de autoria do Deputado Divanir Braz Palma, que declara de Utilidade Pública o Grupo Folclórico "Os Lusíadas", com sede e foro na Cidade de Maringá. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 128, de 28.09.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 495/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Divanir Braz Palma, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Grupo Folclórico "Os Lusíadas", com sede e foro na Cidade de Maringá-PR.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 03.11.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2384, de autoria dos Senhores Deputados Ângelo Vanhoni, Péricles

Mello, Hermes Fonseca e Luciana Rafagnin, constante do expediente. **Rejeitado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2387, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Rejeitado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2354, 2355 e 2356, de autoria do Senhor Deputado Tiago Amorim Novaes, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2357, de autoria do Senhor Deputado Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** À **Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 2358, de autoria do Senhor Deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2359 a 2361, de autoria do Senhor Deputado Hidekazu Takayama, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2362 a 2364, de autoria do Senhor Deputado Edno Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2369, de autoria do Senhor Deputado Antonio Carlos Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2370 e 2372 a 2375, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2377 a 2380, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2391, de autoria dos Senhores Deputados Orlando Pessuti e Cesar Seleme, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2381, de autoria do Senhor Deputado Algaci Tulio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2385, de autoria do Senhor Deputado Tony Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2386, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Rejeitado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 11, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 262/99.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 537 e 544/99.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 222, 229, 387, 465, 493 e 495/99.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 022, 393 e 462/99.

Levanta-se a sessão.

Atas de Comissão:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos três dias do mês de novembro do ano de um mil novecentos e noventa e nove, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Basílio Zanusso e com a presença dos seguintes Deputados: Cesar Seleme, Algaci Tulio, Durval Amaral, Carlos Simões, Antonio Carlos Belinati, Pastor Edson Praczyk, Hermes Fonseca, Nereu Moura e Duílio Genari. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 544/99, de autoria do Deputado José Maria Ferreira. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Cesar Seleme, na forma da emenda anexa - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 493/99, de autoria do Deputado Ademir Bier. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Algaci Tulio - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 529/99, de autoria do Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Durval Amaral - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 487/99, de autoria do Deputado Algaci Tulio. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 228/99, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro. O Deputado Relator Antonio Carlos Belinati requer diligência - DEFERIDO; 06) Projeto de Lei nº 495/99, de autoria do Deputado Divanir Braz Palma. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Pastor Edson Praczyk - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 520/99, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro. O Deputado Relator Hermes Fonseca requer diligência - DEFERIDO; 08) Projeto de Lei nº 542/99, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária de Comissão.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos nove dias do mês de novembro do ano de um mil novecentos e noventa e nove, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Basílio Zanusso e com a presença dos seguintes Deputados: Duílio Genari, Waldyr Pugliesi, Hermes Fonseca, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho, Beto Richa, Antonio Belinati, Carlos Simões, Moysés Leônidas, Algaci Tulio, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães Filho e mais os Deputados Antonio Baratter, Edson Strapason, Ademir Bier, Ademar Traiano, José Maria Ferreira, Edgar Bueno, Valdir Rossoni e Orlando Pessuti. Havendo número legal o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 255/99, de autoria do Deputado Nereu Moura. Concedido VISTAS por 24 horas ao Deputado Hermes da Fonseca. O Senhor Presidente convoca Reunião Extraordinária desta Comissão para amanhã, às 13:30 horas, bem como envio de cópia a todos os Deputados presentes; 02) Projeto de Lei nº 552/99, de autoria do Poder Executivo. O Senhor Presidente concede VISTAS ao Deputado Waldyr Pugliesi e envio de cópias aos Deputados presentes; 03) Projeto de Lei nº 262/99, de autoria do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Moysés Leônidas às emendas de Plenário - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 249/99, de autoria do Deputado Edgar Bueno. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 77/99, de autoria do Deputado Beto Richa. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Antonio Belinati - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 87/99, de autoria do Deputado Beto Richa. Parecer FAVORÁVEL do Depu-

na forma da emenda anexa - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 123/99, de autoria do Deputado José Maria Ferreira. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Beto Richa, às emendas de Plenário - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 506/99, de autoria do Deputado Tony Garcia. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Beto Richa - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 533/99, de autoria do Deputado Divanir Braz Palma. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Serafina Carrilho - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 538/99, de autoria do Deputado Divanir Braz Palma. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Serafina Carrilho, na forma da emenda anexa - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 105/99, de autoria do Deputado Irineu Colombo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Pastor Edson Praczyk - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 412/99, de autoria do Deputado Tony Garcia. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Hermes Fonseca às emendas de Plenário - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 535/99, de autoria do Deputado Nelson Justus. O Deputado Relator Hermes Fonseca requer diligência - DEFERIDO; 14) Projeto de Lei nº 539/99, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Hermes Fonseca - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 497/99, de autoria do Deputado Ademar Traiano. Concedido VISTAS ao Deputado José Maria Ferreira. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária de Comissão.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária